

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE (UNESC)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SOCIOECONÔMICO (PPGDS)  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

ALINE CARDOSO MANGILI

**A PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* E A PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR:  
REFLEXÕES SOBRE O FUNDO DE APOIO À MANUTENÇÃO E AO  
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (FUMDES)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Michele Gonçalves Cardoso  
Coorientador: Prof. Dr. Jacir Favretto

Criciúma

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

M277p Mangili, Aline Cardoso.

A pós-graduação *lato sensu* e a permanência no ensino superior: reflexões sobre o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES) / Aline Cardoso Mangili. - 2022.

91 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2022.

Orientação: Michele Gonçalves Cardoso.

Coorientação: Jacir Favretto.

1. Universidades e faculdades - Pós-graduação - Santa Catarina. 2. Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (Santa Catarina). 3. Políticas públicas - Ensino superior. 4. Bolsas de estudo - Ensino superior - Santa Catarina. I. Título.

CDD 23. ed. 378.34

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101  
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

**Aline Cardoso Mangili**


**A PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU E A PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR:  
REFLEXÕES SOBRE O  
FUNDO DE APOIO À MANUTENÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO DA  
EDUCAÇÃO SUPERIOR (FUMDES)**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestra em Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 02 de setembro de 2022.

**BANCA EXAMINADORA**

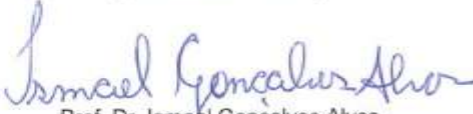
  
Profa. Dra. Michele Gonçalves Cardoso  
(Presidente e Orientadora – UNESC)

Documento assinado digitalmente  
 LORIEGE PESSOA BITENCOURT  
Data: 05/09/2022 15:06:04-0300  
Verifique em <https://verificador.ife.br>


Profa. Dra. Lorige Pessoa Bitencourt  
(Membro – UNEMAT)

Documento assinado digitalmente  
 JACIR FAVRETTO  
Data: 05/09/2022 16:32:41-0300  
Verifique em <https://verificador.ife.br>

Prof. Dr. Jacir Favretto  
(Coorientador - UNC)

  
Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves  
(Membro – UNESC)

  
Aline Cardoso Mangili  
(Discente)

  
Prof. Dr. João Henrique Zanelatto  
Coordenador do PPGDS – UNESC



*A minha mãe Maria Luiza, inspiração de resiliência que sempre esteve presente e, ao seu modo e entendimento, fez o melhor como mãe e profissional.*



## AGRADECIMENTOS

Os momentos que vivi durante a jornada do mestrado e os aprendizados que tive não são méritos exclusivamente meus. A concretização desse sonho é uma realização minha, mas de igual merecimento a todos que comigo comemoram essa conquista.

Assim, agradeço primeiramente a Deus, que me deu saúde para dedicar tempo e energia a esta pesquisa, bem como a todas as etapas que precisei concluir para chegar até aqui. Creio que tudo tem intensidade, motivo e tempo necessários, por isso agradeço às pessoas, bem como por todas as experiências e os desafios os quais me possibilitaram o amadurecimento.

Minha gratidão a Deus também pela saúde e proteção, pois em meio aos dois anos pandêmicos da Covid-19, tanto eu quanto meus familiares estivemos ilesos de contágio, assim como não tivemos nenhuma perda por conta da doença. Por isso, agradeço pelas bençãos concedidas a mim e aos meus entes queridos, tendo passado intactos por essa pandemia que desafiou nossas condições físicas, mas principalmente psicológicas.

Agradeço à minha família, ao meu esposo e à minha filha, que souberam compreender minhas angústias e ausências. Ao meu esposo Rafael, agradeço todo o incentivo e apoio, que não se resume a esses últimos dois anos, mas a todos os anos e sonhos anteriores que propus realizar. Também por estar presente, cuidando de nossa filha nos momentos em que eu precisava estudar.

À minha pequena filha Cecília, agora com seus cinco anos, que, mesmo com sua pouca idade, soube respeitar o espaço da mamãe, que precisava se concentrar, estudar e “trabalhar no computador”, como ela mesma diz, entendendo as ausências e as vezes em que não podíamos brincar. Lamento pelos momentos em que, mesmo estando em casa, não estava presente, pois precisava focar nos afazeres do trabalho e do mestrado.

Aos meus pais, Maria Luiza e Antônio, que sempre representaram o meu suporte, ajudando-me em todas as etapas de minha vida, e que, agora, mesmo depois dos trinta anos, ainda colaboram na busca pelos meus sonhos. Agradeço por todas as vezes que cuidaram da minha filha, que me ampararam nos momentos difíceis, deram-me chá, lanchinhos e todo o suporte físico e psicológico para que eu cumprisse todas as desafiadoras etapas dessa conquista.

Ao meu irmão Gabriel, pela amizade que temos e pelas gentilezas que sempre me prestou. Pelas inúmeras impressões que fez para mim, pelo suporte técnico e pela presença

que sempre me deixou feliz, desde criança, quando eu desejei ter um irmão, completando espaço em minha vida.

À minha primeira orientadora, Kelly Gianezini, que me ofereceu oportunidade de desenvolvimento por meio dos trabalhos que me possibilitou e pelo apoio às bolsas de estudo com as quais fui contemplada. Suas características e competências me fizeram refletir sobre a minha própria vida, contribuindo para o meu crescimento e aprendizado, fazendo-me amadurecer pessoal e profissionalmente.

À minha segunda orientadora, Michele Cardoso, que calmamente acolheu as minhas aflições e respeitou todo trabalho realizado anteriormente. Gratidão pelo direcionamento preciso e assertivo, tornando o fim da minha jornada no mestrado mais leve e simplificado.

Também não posso deixar de agradecer à minha colega Letícia Barreto, que dividiu angústias, produções e parcerias nessa trajetória. Mesmo isolada por conta da pandemia, fez-se presente como uma boa amiga, encarou os desafios comigo e trabalhou fielmente nas atividades que fizemos para o Grupo de Estudos sobre Universidades (GEU).

Agradeço o apoio emocional e profissional recebido de minha psicóloga Carmen, que exerceu papel importantíssimo para que eu mantivesse o equilíbrio e o foco nas minhas metas. Nossa afinidade e seu excelente trabalho me auxiliaram na compreensão de meus sentimentos nesse período de intensas emoções provocadas pela pandemia e pelos desafios do mestrado.

Ao PPGDS, principalmente nas figuras da secretária Luciana e do professor João Zanelatto. Pela prontidão nos atendimentos, esclarecimentos e ajudas em todos os processos necessários, mas principalmente naqueles envolvendo os editais de bolsas dos quais participei, que me geraram muita aflição e questionamentos. Nesses momentos, sempre fui tratada com muito respeito e cordialidade.

A todos os professores os quais ministraram as disciplinas cursadas: João Henrique Zanelatto, Dimas de Oliveira Estevam, Miguelangelo Gianezini, Alcides Goularti Filho, Ismael Gonçalves Alves, Melissa Watanabe, Jaime Dagostim Picolo, Giani Rabelo, Reginaldo de Souza Vieira (PPGD), Gildo Volpado (PPGE) e Cinara Ludvig Gonçalves (PPGCS). Em especial ao professor Miguelangelo Gianezini, que foi meu professor no estágio docente, colega em produções acadêmicas e integrante da banca de qualificação do projeto, contribuindo profundamente para a minha formação. Minha admiração e meu respeito a todas as trajetórias vividas e experiências compartilhadas.

Ao fomento recebido tanto pela CAPES quanto pela FAPESC, que me possibilitaram a conquista de conhecimentos e título. Agradeço à CAPES pela bolsa de estudos recebida em forma de taxa, contribuindo por 13 meses com a mensalidade do mestrado, e também à FAPESC pelos 11 meses de bolsa, tanto em forma de mensalidade como em ajuda de custo, auxiliando de forma expressiva durante a pandemia, possibilitando-me continuar o mestrado e concluir esse sonho.

Agradeço as contribuições da banca de qualificação do projeto, à professora Lóriége Pessoa Bitencourt e ao professor Miguelangelo Gianezini, por suas sugestões e tempo dedicado. Antecipo agradecimentos aos professores que farão parte da banca final de defesa da dissertação, à professora orientadora Michele Gonçalves Cardoso, o coorientador Jacir Favretto, à professora Lóriége Pessoa Bitencourt e ao professor Ismael Gonçalves Alves.

Enfim, a todos que estiveram presentes nessa minha caminhada e torceram por mim. Aos meus colegas de trabalho do SENAI, meus alunos, familiares e amigos que sempre se preocuparam e desejaram boas energias, muito obrigada!



“Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo.”

Paulo Freire



## RESUMO

No ano de 2023, comemoram-se os 15 anos da regulamentação do art. 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina. Essa importante data ocorre em 25 de janeiro, dia em que a legislação entrou em vigor no ano de 2008. A Lei Complementar nº 407, de 25 de janeiro de 2008, instituiu o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES), que prevê recursos destinados a bolsas de estudo para a pós-graduação *lato e stricto sensu*. O foco desta dissertação será a reflexão sobre as contribuições do FUMDES para a pós-graduação *lato sensu*, popularmente conhecida como especialização. Por ser uma política pública aplicada no estado de Santa Catarina, a pesquisa pretende responder a questões que tratam dos efeitos social, cultural e econômico na vida dos estudantes, bem como compreender como é feita a gestão dessa política pública. Por meio da análise de editais e entrevistas, sendo a coleta de dados feita com os egressos da UNESC em Criciúma, e tendo como recorte temporal os anos de 2013 a 2019, o estudo também procurou entender os *habitus* que motivaram os estudantes a cursarem a especialização da UNESC, vinculando assim o presente estudo às teorias de Pierre Bourdieu. Neste contexto de investigação, a pergunta de pesquisa é: de que forma o FUMDES, direcionado à pós-graduação *lato sensu*, contribui para a permanência no ensino superior? Na pesquisa, foi possível identificar que há duas modalidades de editais nos quais os pós-graduandos podem se inscrever: via chamada pública, divulgada no site UNIEDU, e os editais direcionados às áreas e cidades que a Secretaria do Estado de Educação entende como mais necessitadas. Além disso, outras questões percebidas foram: o *habitus* que fez com que os egressos decidissem escolher cursar a pós-graduação, os reflexos do curso em suas vidas e a forma como se operacionaliza a bolsa, levando-se em consideração os critérios para a escolha dos estudantes. Outros aspectos, como superação e oportunidades, também foram demonstrados, deixando evidente que as intenções direcionadas ao desenvolvimento do estado surtem efeito e comprovam a importância de uma política pública como o FUMDES.

**Palavras-chave:** Fomento; Especialização; Políticas Públicas; Santa Catarina; UNESC.

## ABSTRACT

*In 2023, it will be celebrated the 15 years of the regulation of article 171 of the Constitution of the State of Santa Catarina. This important date occurs on January 25, the day the legislation came into force in 2008. The Complementary Law No. 407, of January 25, 2008, established the Support Fund for the Maintenance and Development of Higher Education (FUMDES), which provides resources for scholarships for lato and stricto sensu postgraduate courses. The focus of this dissertation was the reflection on the contributions of FUMDES to the lato sensu postgraduate course, popularly known as specialization. As it is a public policy applied in the state of Santa Catarina, the research intended to answer questions that deal with the social, cultural and economic effects on the lives of students, as well as understand how is managed this public policy. Through the analysis of public notices and interviews, with data collection carried out with UNESC graduates in Criciúma, and having as a period the years 2013 to 2019, the study also sought to understand the habitus that motivated students to take the specialization in UNESC, thus linking the present study to the theories of Pierre Bourdieu. In this investigation context, the research question was how does FUMDES, aimed at lato sensu graduate programs, contribute to the permanence in higher education? In the research, it was possible to identify that there are two types of public notices in which postgraduate students can apply: via public call, published on the UNIEDU website, and public notices directed to areas and cities that the Secretary of State for Education understands as most in need. In addition, other issues were perceived, such as: the habitus that made the graduates decide to choose to attend graduate school, the impact of the course on their lives and the way in which the scholarship is operationalized, taking into account the students' criteria for that choice. Other aspects, such as overcoming and opportunities, were also demonstrated, making it evident that the intentions aimed at the development of the state have an effect and prove the importance of a public policy such as FUMDES.*

*Keywords: Fomentation; Specialization; Public Policy, Santa Catarina; UNESC.*

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ACR</b>	Anarquistas Contra o Racismo
<b>ART.</b>	Artigo
<b>ACAFE</b>	Associação Catarinense das Fundações Educacionais
<b>BDTD</b>	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
<b>BNCC</b>	Base Nacional Comum Curricular
<b>CAFE</b>	Contrato de Assistência Financeira Estudantil
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CAPS</b>	Centro de Atenção Psicossocial
<b>CD-R</b>	Disco Compacto Gravável
<b>CDR</b>	Conselho de Desenvolvimento Regional
<b>CEDIR</b>	Cursos Direcionados de Especialização
<b>CEE</b>	Conselho Estadual de Educação
<b>CES</b>	Câmara de Educação Superior
<b>CNE</b>	Conselho Nacional de Educação
<b>CNPq</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>CNS</b>	Conselho Nacional de Saúde
<b>DR.</b>	Doutor
<b>DRA.</b>	Doutora
<b>EaD</b>	Educação a Distância
<b>ED.</b>	Edição
<b>EDUCERE</b>	Congresso Nacional de Educação
<b>FEUSP</b>	Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
<b>FIES</b>	Fundo de Financiamento Estudantil
<b>FUMDES</b>	Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior
<b>FUCRI</b>	Fundação Educacional de Criciúma
<b>GEU</b>	Grupo de Estudos sobre Universidade
<b>GUAL</b>	Revista Gestão Universitária na América Latina
<b>ICMS</b>	Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
<b>IES</b>	Instituição de Ensino Superior
<b>IESs</b>	Instituições de Ensino Superior
<b>ISCTE-IUL</b>	Instituto Universitário de Lisboa
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira

<b>MBA</b>	Master in Business Administration
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>N.</b>	Número
<b>NUPREVIPS</b>	Núcleo de Prevenção às Violências e Promoção da Saúde de Criciúma
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
<b>ONG</b>	Organização Não-Governamental
<b>ORG.</b>	Organização
<b>P.</b>	Página
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PP</b>	Política Pública
<b>PPs</b>	Políticas Públicas
<b>PPGDS</b>	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico
<b>PROF.</b>	Professor
<b>PROFA.</b>	Professora
<b>PRODEC</b>	Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense
<b>PROPEX</b>	Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão
<b>PROUNI</b>	Programa Universidade para todos
<b>PUCRS</b>	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
<b>SC</b>	Santa Catarina
<b>SED</b>	Secretaria do Estado de Educação
<b>SEMESP</b>	Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo
<b>TCLE</b>	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
<b>UDESC</b>	Universidade do Estado de Santa Catarina
<b>UFSC</b>	Universidade Federal de Santa Catarina
<b>UFSCar</b>	Universidade de São Carlos
<b>UNESC</b>	Universidade do Extremo Sul Catarinense
<b>UNICRUZ</b>	Universidade de Cruz Alta
<b>UNIEDU</b>	Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina
<b>UPF</b>	Universidade de Passo Fundo
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Distribuição dos percentuais dos recursos segundo a legislação.....	25
---	----

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Número de bolsas FUMDES para <i>lato sensu</i> no período de 2013 a 2019 publicadas no site UNIEDU.....	41
<b>Quadro 2</b> - Bolsas FUMDES para <i>lato sensu</i> da UNESCO no período de 2013 a 2019.....	44

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
1.1.	PROBLEMATIZAÇÃO.....	13
1.2	OBJETIVOS.....	15
<b>1.2.1</b>	<b>Objetivo geral</b> .....	15
<b>1.2.2</b>	<b>Objetivos específicos</b> .....	15
1.3	JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA.....	16
1.4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	17
<b>1.4.1</b>	<b>Enquadramento metodológico</b> .....	18
<b>1.4.2</b>	<b>Caracterização do objeto de estudo, do cenário e do lócus</b> .....	21
1.4.2.1	Lócus: o estado de Santa Catarina e a UNESCO.....	21
1.4.2.2	O objeto: o FUMDES – histórico e legislações.....	23
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	29
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS.....	29
<b>2.1.1</b>	<b>As políticas públicas para a educação superior em Santa Catarina</b> .....	30
2.2	PIERRE BOURDIEU E A TEORIA DOS CAMPOS, CAPITAIS E <i>HABITUS</i> .....	32
<b>2.2.1</b>	<b>O <i>habitus</i></b> .....	33
2.3	A FORMAÇÃO ACADÊMICA E SEUS IMPASSES NA INCLUSÃO SOCIAL....	35
<b>2.3.1</b>	<b>A <i>lato sensu</i> no Brasil e seus principais desafios</b> .....	37
<b>3</b>	<b>PESQUISA: ANÁLISE DE DADOS</b> .....	40
3.1	EDITAIS CEDIR E CHAMADA PÚBLICA FUMDES PARA ESPECIALIZAÇÃO .....	40
3.2	A GESTÃO DA BOLSA FUMDES.....	44
<b>3.2.1</b>	<b>Operacionalização da Bolsa na IES</b> .....	47
3.3	ENTENDENDO O <i>HABITUS</i> E OS EFEITOS SOCIAL, CULTURAL E ECONÔMICO DOS EGRESSOS FUMDES.....	51
3.4	E O DESENVOLVIMENTO?.....	60
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	65
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	68
	<b>APÊNDICE(S)</b> .....	73
	<b>ANEXO(S)</b> .....	86

## 1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas (PPs) são essenciais para um processo de desenvolvimento e equilíbrio social. O bem-estar social depende de diversos fatores, muitos dos quais estão diretamente ligados a um posicionamento político e intencional do Estado. Saúde, educação, moradia, segurança e meio ambiente são alguns dos exemplos de áreas que precisam da intervenção do Estado para redução da desigualdade social. Essas áreas são condicionadas e regulamentadas por PPs que têm por princípio a manutenção da qualidade de vida e o estado de bem-estar comum.

No âmbito da educação, é necessário que se tenham PPs que posicionem a ação do Estado para o desenvolvimento. Em especial na educação superior, são fundamentais as PPs que possibilitem, de forma democrática, o acesso a esse nível de ensino. No Brasil, por questões históricas e pela disparidade social existente, o acesso à educação superior não é um processo fácil para muitas pessoas. Devido à falta de atenção à educação e ao desfavorecimento das classes mais pobres para ter acesso à cultura, há a necessidade de PPs que permitam o acesso e a permanência nesta modalidade de ensino.

A cultura de uma sociedade determina e direciona anseios, desejos de futuro e perspectivas de vida. No Brasil, predomina a cultura meritocrática, que valoriza os esforços e as capacidades individuais de conquistas, negligenciando-se as necessidades de igualdade e justiça social. Por isso, o acesso à educação superior, bem como a permanência nela, para alguns indivíduos, é um desafio, visto que as condições sociais e o contexto familiar dificultam ou impossibilitam esse anseio.

Em relação aos brasileiros que se encontram em classes sociais populares, é preciso analisar o contexto histórico de discriminações e desigualdades. Por muito tempo, a predominância e valorização de uma cultura eurocêntrica reduziu, para os indivíduos, as possibilidades de escolha e liberdade. Isso os prejudicou frente aos direitos sociais, levando a um contexto histórico-social de dificuldades. As PPs direcionadas a determinados grupos tentam amenizar essas injustiças sofridas, bem como compensar com oportunidades aqueles que deveriam ter os direitos garantidos.

Diante de um contexto social de dificuldades, a prioridade das necessidades básicas se sobressai, tomando o lugar dos desejos. Para os jovens que precisam trabalhar para contribuir com a renda familiar, há a antecipação da entrada no mercado de trabalho. A educação superior deixa de ser uma prioridade, afastando os anseios de formação e mudança de vida, levando a um ciclo de reprodução social.

As PPs voltadas para a permanência na educação superior podem representar a chance de mudança de vida. Visando à inclusão de uma população anteriormente excluída nesse nível de educação, abrem a possibilidade de ampliar as oportunidades de emprego e renda, ao reduzir diferenças educacionais, dando condições mais igualitárias aos que chegam à vida adulta.

Na especialização, denominada pós-graduação *lato sensu*, as PPs voltadas para a formação continuada são inexpressivas. É difícil encontrar, pelo Brasil, políticas que ofereçam fomento para estudantes nessa modalidade de ensino, até porque a maior oferta de especializações dá-se no ensino privado.

Segundo levantamento feito em 2019 pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP) sobre o cenário dos cursos de pós-graduação *lato sensu* nas instituições de ensino superior públicas e privadas, quase 90% dos cursos são ofertados pelas instituições de ensino privadas; e, apesar da crise enfrentada na graduação, a pós-graduação *lato sensu* tem assumido um protagonismo, ganhando relevância durante a pandemia (SEMESP, 2020).<sup>1</sup>

Ainda de acordo com a pesquisa realizada pelo SEMESP, foi identificada um crescente de 74% na pós-graduação *lato sensu* no período de 2016 a 2019, em números de matrículas. Na modalidade presencial, o crescimento foi de 44% entre os anos de 2016 a 2018, e, na modalidade educação a distância (EaD), de 124% (SEMESP, 2020).<sup>2</sup>

Em relação a áreas e concentração nas pós-graduações *lato sensu*, tem-se educação com 32,2% de procura, seguida por saúde e bem-estar social, com 30,9%, e depois ciências sociais, negócios e direito, com 26,5%. No ensino EaD, também em primeiro lugar está a educação, com 37,5%, seguida por ciências sociais, negócios e direito, com 37,2%, e, em terceiro lugar, saúde, com 13,8% (SEMESP, 2020).<sup>3</sup>

No que diz respeito ao tema da Política Pública (PP) para a pós-graduação *lato sensu*, os principais autores utilizados foram: Genauto Carvalho de França Filho (2003), Fernando Guilherme Tenório (2008), Kelly Gianezini *et al.* (2017), e Márcio E. Brotto, Alejandro Klein e Edgilson Araújo (2016). As PP's voltadas ao ensino superior em Santa Catarina (SC) foram conceituadas principalmente pela Avaliação de políticas nacionais de

---

<sup>1</sup> Documento eletrônico. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/assessoria-educacional/noticias/a-hora-e-a-vez-da-pos-graduacao-lato-sensu/>. Acesso em: 02 maio 2021.

<sup>2</sup> Documento eletrônico. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/assessoria-educacional/noticias/a-hora-e-a-vez-da-pos-graduacao-lato-sensu/>. Acesso em: 02 maio 2021.

<sup>3</sup> Documento eletrônico. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/assessoria-educacional/noticias/a-hora-e-a-vez-da-pos-graduacao-lato-sensu/>. Acesso em: 02 maio 2021.

educação: estado de Santa Catarina, documento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2010), pela Constituição Estadual de SC (1989), por Loreni Pizzi (2016), Nadir Zago (2006) e André Dias e Stela Maria Meneguel (2021).

Com o objetivo de compreender a relevância do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES) para os estudantes, foram utilizadas, como base teórica para esta pesquisa, as teorias de Pierre Bourdieu, sendo o *habitus* a categoria de análise. Como meio de orientação, as características incorporadas em uma identidade social farão parte da investigação, pois os *habitus* em que os indivíduos estão condicionados podem influenciar suas escolhas, e, portanto, serão analisados no decorrer do estudo.

O lócus para a pesquisa será o estado de Santa Catarina, mais especificamente os egressos da UNESC, localizado na cidade de Criciúma, região sul do estado. No período analisado, de 2013 a 2019, foram dois cursos ofertados pela instituição que possibilitaram a candidatura na bolsa FUMDES: as turmas dos cursos de Educação, Diversidade e Rede de Proteção Social e Fundamentos e Organização Curricular, dos anos de 2014 e 2018 respectivamente.

Ainda é preciso ressaltar que o período de pesquisa se deu no decorrer da pandemia do covid-19, nos anos de 2020 a 2022, modificando assim algumas formas tradicionais de se estudar e pesquisar. Por isso, todo o mestrado foi cursado com aulas online e das entrevistas, apenas duas foram presenciais, as demais se efetivaram com a utilização de recursos digitais.

## 1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

A precarização do trabalho, acarretada pelas consequências da sociedade capitalista podem desencadear uma série de problemas sociais. Entre eles, a baixa qualidade na educação e sua mercantilização; a competitividade acirrada e a cultura meritocrática em detrimento da ideia de igualdade e justiça social; e o condicionamento a trabalhos que levam à dificuldade na mudança da própria vida.

No decorrer da pesquisa, buscar-se-á pontuar algumas questões que envolvem as demandas da sociedade no que dizem respeito: 1) ao direito à educação e ao papel do Estado; 2) à inclusão social e redução das desigualdades por meio de uma política pública direcionada ao ensino superior e à permanência dos alunos nele; 3) aos recursos do FUMDES direcionados à pós-graduação *lato sensu* como meio de desenvolvimento socioeconômico.

Diante das dificuldades em se viver em uma sociedade capitalista, a falta de opção e escolha experienciada pelos brasileiros, principalmente por aqueles oriundos de classes populares, condiciona o indivíduo a ser sujeito à precarização de diversas frentes: na educação básica, na escolha de uma profissão ou mesmo em poder ou não entrar em um curso superior. Tudo isso limita as formas de viver. O dever do Estado é garantir o bem-estar comum, possibilitando formação a todos os que desejem.

Contar com políticas públicas que garantam o direito à educação é essencial para dar condição às pessoas de alcançarem a formação superior. Nessa perspectiva, é preciso que o Estado tenha esse olhar para a sociedade, incentivando e garantindo a educação, contribuindo para um processo de desenvolvimento tanto social como cultural e econômico.

A educação superior, para muitas pessoas, é a esperança de uma vida melhor, de ascensão social e até mesmo de mudança de classe em relação ao estado de extrema pobreza. No entanto, nem sempre o acesso a uma graduação ou pós-graduação é fácil. Dependendo do local ou da condição em que o indivíduo se encontra, essa é uma tarefa árdua de superação de muitos desafios e de contradição com o meio em que ele está inserido.

No Brasil, ainda se considera um privilégio cursar o ensino superior, pois apenas uma minoria de classes populares ingressa nesse nível de ensino, significando a exclusão dos mais desfavorecidos. Para que, de fato, haja inclusão social e redução das desigualdades, as políticas públicas devem garantir a democratização do acesso ao ensino superior, bem como a permanência dos alunos.

No Brasil, intensificou-se, nas últimas décadas, a implantação de políticas públicas para a democratização do ensino, e isso tem despertado para a reflexão sobre o contexto de desenvolvimento e sustentabilidade econômica. Porém, chama-se a atenção para o fato de que tais políticas devem ser analisadas quanto ao impacto no desenvolvimento socioeconômico a longo prazo, pois, de imediato, a ampliação do acesso à educação não contribui para a redução das desigualdades sociais (PIZZI, 2016).

A educação, no nível superior, como é o caso da pós-graduação *lato e stricto sensu*, atua como catalisadora de habilidades e técnicas intelectuais, promovendo a pesquisa e a descoberta de inovações. Por isso, a importância de se manter uma política pública como a do FUMDES que estimula e dá fomento para a permanência dos estudos, incentivando a educação continuada.

A possibilidade de estudar a partir do apoio de políticas públicas, como é o caso do FUMDES para a pós-graduação *lato sensu*, dá condições aos indivíduos de serem incluídos em uma fatia da sociedade considerada privilegiada. Por meio dos recursos do

FUMDES, é possível dar continuidade aos estudos em uma pós-graduação, especializando-se em alguma área.

Os recursos públicos, destinados às bolsas de estudos, que constam nos artigos 170 e 171 da Constituição Estadual de SC (1989) deveriam ser analisados, tanto em relação ao impacto social dos programas, como no que diz respeito à qualidade de cursos e instituições. É importante debater com a sociedade, de forma transparente, quanto às ações que acompanham as políticas públicas destinadas aos estudantes beneficiados (DIAS; MENEGHEL, 2021).

Nesse contexto, esta dissertação pretende responder ao seguinte questionamento: **De que forma o Fundo de Apoio à Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES), direcionado à pós-graduação *lato sensu*, contribui para a permanência no ensino superior?**

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

Compreender o FUMDES no contexto da pós-graduação *lato sensu*, com o foco na contribuição dessa política pública estadual de Santa Catarina para a permanência dos estudantes contemplados.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- Analisar os editais anuais do FUMDES/UNIEDU direcionados às especializações *lato sensu*, no período de (2013 a 2019);
- Compreender como é feita a gestão dessa política pública pelo UNIEDU, levando-se em conta a análise e os critérios para a escolha dos estudantes;
- Entender os *habitus* pessoais que motivam os estudantes a cursarem a pós-graduação *lato sensu* da UNESC;
- Analisar o efeito social, cultural e econômico na vida dos estudantes que são contemplados com o FUMDES.

### 1.3. JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

A mudança social por meio da educação, por vezes, parece uma utopia, porém é um dos pressupostos que pode motivar educadores e pesquisadores a investirem na profissão, pois torna-se gratificante ver o fruto de seus trabalhos impactando a vida do outro, dando-lhe condições de um futuro digno e possibilidades de escolha. Por isso, entender a relevância desta política pública para a permanência na educação superior é tão importante.

A bolsa de estudos oferecida pelo estado de Santa Catarina na pós-graduação *lato sensu* beneficiou mais de 350 estudantes via chamada pública, no período de 2013 a 2019, isso sem considerar os editais CEDIR direcionados às IESs de diferentes regiões. Por isso, pretende-se compreender o impacto do FUMDES nessa categoria, a fim de perceber o perfil dos beneficiados e de que forma contribui para o desenvolvimento do estado.

Pensar a formação acadêmica remete à discussão sobre a democracia do acesso, bem como sobre as condições econômicas de quem dela dispõe para a sua permanência. A continuação dos estudos ou a atualização profissional por meio da especialização não depende apenas do desejo, mas passa pelas possibilidades e oportunidades, podendo gerar uma conformidade aparente que acaba impossibilitando um futuro divergente daquele conhecido no âmbito familiar.

Na teoria de Pierre Bourdieu (1998), é possível compreender, através dos conceitos das estruturas estruturantes, que os meios em que os sujeitos estão situados interferem em suas perspectivas diante da vida, inclusive naquelas que dizem respeito à formação acadêmica. Dependendo do contexto em que o indivíduo está inserido, ele não se imagina em uma universidade, nem mesmo consegue se projetar em um futuro diferente do presente que conhece, sem margem para a mudança de vida, dando continuidade à reprodução social.

Os contextos sociais supracitados farão parte da pesquisa, sendo o propósito entender como campos diversos do conhecimento podem auxiliar este estudo. Por isso, trata-se de uma pesquisa interdisciplinar, pois envolve distintas áreas do saber. O trabalho abordará temáticas sobre educação, economia, sociologia, direito e administração.

No âmbito da educação, contemplam-se os desafios sociais e impasses ideológicos envolvidos nessa área, que são consequências diretamente relacionadas às questões econômicas da sociedade, portanto, são aspectos também relativos às áreas da economia e sociologia. Os assuntos ligados ao direito e à administração serão abordados na medida em

que se analisam a Constituição Estadual (1989) e as legislações referentes à política pública em questão e à gestão do fundo aplicado à bolsa que trata esta pesquisa.

Compreende-se a multidisciplinaridade como sendo a combinação de saberes disciplinares para o entendimento ou a resolução de problemas; e a interdisciplinaridade como um método eficiente de se produzir o conhecimento, dando possibilidade de reflexão. Oferece uma visão amplificada e completa dos fenômenos, proporcionando uma articulação das complexidades e interligando os pontos em comum (PHILIPPI JR; FERNANDES; PACHECO, 2017).

A pesquisa dá-se com foco no FUMDES, previsto no artigo 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina (1989). Essa política pública permite aos estudantes acesso aos recursos econômicos para uma formação acadêmica, da qual eles não poderiam dispor ou que, sem o auxílio, exigir-lhes-ia grande esforço para a conclusão do curso. Portanto, este estudo pretende identificar as pessoas contempladas e os reflexos dessa política pública em suas vidas nos aspectos sociais, culturais e econômico.

Quanto à relevância de nossa pesquisa, ao buscar, em 2020, sobre o tema FUMDES em três bancos de dados – Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Google Acadêmico –, não foram localizados estudos específicos acerca da PP em questão voltada para a pós-graduação *lato sensu*. Os trabalhos achados traziam somente notas explicativas contendo informações pontuais sobre o FUMDES ou os agradecimentos daqueles que foram contemplados com o financiamento oriundo do FUMDES.

Foram encontrados apenas dois trabalhos de cunho acadêmico que abordam diretamente o FUMDES, ambos sob orientação da professora Kelly Gianezini, da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). São eles: a dissertação de Camila Bueno Alfredo (2016) e a dissertação de Mariana Pereira da Rosa Westrup (2018), tratando do fundo no que tange aos reflexos para os contemplados do curso de direito e para a pós-graduação *stricto sensu*, respectivamente.

#### 1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, serão apresentados os procedimentos metodológicos correspondentes à pesquisa. Para a eficácia da aplicação da pesquisa, é preciso que haja o cumprimento sequencial metodológico, que permite, de forma mais eficiente, a estruturação do trabalho.

Portanto, serão abordados os métodos e procedimentos que foram utilizados para a compreensão do FUMDES e seu impacto na vida dos estudantes.

#### **1.4.1 Enquadramento metodológico**

Neste trabalho, foi realizada uma pesquisa qualitativa com caráter descritivo para entender de que forma a política pública FUMDES contribuiu para a vida dos estudantes. Visando levantar dados e informações, o estudo envolveu pesquisa bibliográfica, análise de documentos (editais públicos e legislações), questionário (para conseguir os contatos dos egressos, conforme apêndices), entrevistas, análise e compreensão dos fenômenos sociais.

A pesquisa qualitativa corresponde ao método empregado que possibilita uma interpretação aprofundada das relações sociais. Tem como objetivo proporcionar maior quantidade de informação para o objeto de estudo (IGREJA, 2017). “Os pesquisadores qualitativos coletam pessoalmente os dados por meio de exame de documentos, de observação do comportamento ou de entrevista com os participantes” (CRESWELL, 2010, p. 208).

Para Igreja (2017), as técnicas e os métodos mais utilizados na pesquisa qualitativa são: estudos de caso, entrevistas, observação de campo, grupos focais, análise de documentos, etc. Esses recursos podem ser combinados dentro de uma mesma pesquisa. Sobre a natureza exploratória da pesquisa, Gil (1999, p. 43) ressalta que:

Um trabalho é de natureza exploratória quando envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram (ou têm) experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão. Possui ainda a finalidade básica de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias para a formulação de abordagens posteriores. Dessa forma, este tipo de estudo visa proporcionar um maior conhecimento para o pesquisador acerca do assunto, a fim de que esse possa formular problemas mais precisos ou criar hipóteses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores.

A pesquisa realizada conta com uma abordagem empírica, pois foram levantadas hipóteses por meio da bibliografia, bem como foram feitos questionários e entrevistas, a fim de analisar a relevância da bolsa FUMDES para os estudantes da pós-graduação *lato sensu*. Por isso, foram efetuadas entrevistas semiestruturadas com o objetivo de compreender o problema pesquisado.

Com o intuito de maior aprofundamento com a política pública em questão, foram feitas entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o FUMDES, tendo em

vista examinar exemplos que levarão à melhor compreensão. Dessa forma, houve quatro frentes na pesquisa de campo: a pesquisa documental; a entrevista com o deputado que abriu o debate para a regulamentação da legislação; as entrevistas com as coordenadoras dos cursos de pós-graduação da UNESC; e as entrevistas com os egressos bolsistas da *lato sensu* da UNESC.

A pesquisa documental iniciou-se com a consulta dos dados publicados no site UNIEDU, com leitura e análise das legislações, bem como dos editais de chamadas públicas correspondentes ao período selecionado para a pesquisa. Assim, foi feita a interpretação das leis e dos editais para chamada dos discentes.

Foi elaborado também um roteiro de entrevista para ser aplicado ao deputado federal Pedro Uczai, que no momento da regulamentação do art. 171 da Constituição do Estado de SC ocupava o cargo de deputado estadual. Com a entrevista, foi possível entender o cenário que levou à regulamentação da legislação e a contribuição dela para ações estratégicas do estado de SC.

Para entender a aplicação da política pública na prática, foram entrevistadas as coordenadoras dos cursos de pós-graduação da UNESC. Assim, foram elaboradas questões para as entrevistas semiestruturadas aplicadas com Elenice Padoin Juliani Engel, que esteve na coordenação de 2016 a 2019, e Ângela Piccinini, coordenadora nos anos de 2019 a 2021.

Na entrevista com os egressos da UNESC contemplados pelo FUMDES no âmbito da pós-graduação *lato sensu*, o objetivo foi identificar o que mudou na vida dos estudantes após receberam a bolsa. No período pesquisado, havia dois cursos oferecidos pela UNESC com o fomento da bolsa FUMDES: o curso de Educação, Diversidade e Rede de Proteção Social, com turma em 2014, e o curso de Fundamentos e Organização Curricular, com turma em 2018.

Por meio de uma abordagem empírica, o trabalho buscou observar a experiência como fonte de conhecimento. Assim, o conhecimento científico é construído por uma síntese indutiva, ou seja, daquilo que foi experimentado faz-se descobertas e teorias (FERNANDES; BERNI, 2012). Um dos problemas da indução é que ela não condiz com a lógica. Para Fernandes e Berni (2012, p. 44), “a ação humana exige aplicação da experiência cotidiana, baseada em crenças consolidadas e amplamente compartilhadas”. Isso significa que a ciência é fundada em uma racionalidade, mas também possui influência das crenças internalizadas pela força da repetição (FERNANDES; BERNI, 2012).

Os entrevistadores precisam considerar como a entrevista vai melhorar a situação humana (e também aumentar o conhecimento científico), como uma interação sensível na entrevista pode ser estressante para os participantes, se os participantes têm influência na maneira como suas declarações são interpretadas, até que ponto os entrevistados podem ser criticamente questionados e quais podem ser as consequências da entrevista para os entrevistados e para os grupos a que pertencem (CRESWELL, 2010, p. 120).

Com uma pesquisa semiestruturada, foram feitas entrevistas via Google Meet. Antes, para chegar aos alunos egressos, foi elaborado um formulário do Google (Google Forms), encaminhado pelo setor de pós-graduação da UNESC por e-mail aos egressos bolsistas do FUMDES. Após esse encaminhamento, foram contatados os alunos que responderam ao formulário, permitindo assim o agendamento das entrevistas.

Após serem contatados via WhatsApp, a entrevista era agendada, havendo orientação sobre o envio do link para o acesso à plataforma Google Meet. Dessa forma, primeiro foi encaminhado um link de Formulário Google para o aceite da entrevista, contendo as informações do TCLE (apêndices), e, após o aceite, o link para o acesso ao ambiente que permitiu a entrevista online. Todos já que estávamos familiarizados com os recursos digitais após o longo período da pandemia de Covid-19, por isso, prontamente aceitaram o modelo da entrevista.

Ao todo foram entrevistadas cinco pessoas, três professoras egressas da turma de 2018 que hoje são efetivas em redes municipais de educação: uma em Criciúma, outra em Santa Rosa do Sul e a terceira no município de Içara, todas na educação básica. Na turma de 2014 os entrevistados foram: um homem e uma mulher que atuam não direta, mas indiretamente na educação, em ambientes não formais. O primeiro como militante e coordenador de projetos sociais e a segunda que era enfermeira e hoje é psicanalista.

O uso de respostas dadas pela internet, obtidas por meio de entrevistas ou de levantamentos eletrônicos, necessita de permissão dos participantes. Ela pode ser obtida primeiro pela obtenção da permissão e depois do envio da entrevista ou levantamento (CRESWELL, 2010, p. 119).

Assim, as questões elaboradas para as entrevistas (apêndices) buscaram identificar, por meio de pergunta aberta, os seguintes quesitos:

- a) Entender as motivações pessoais para com o estudo, especificamente na pós-graduação *lato sensu*;
- b) Identificar como chegou à informação da possibilidade do recebimento de bolsa;
- c) Analisar o impacto social, cultural e econômico na vida dos estudantes.

Segundo Xavier (2017), algumas questões estratégicas precisam ser pensadas na medida em que sejam necessárias nas entrevistas qualitativas. Cabe ao entrevistador identificar os melhores caminhos a seguir. É preciso analisar os possíveis inconvenientes no uso das técnicas, por isso é bom lembrar que o “método tem que servir a pesquisa, e não condicioná-la [*sic*]” (XAVIER, 2017, p. 121). Assim, o pesquisador deve estar preparado para os ajustes necessários, a fim de poder se adaptar.

#### **1.4.2 Caracterização do objeto de estudo, do cenário e do lócus**

A política pública analisada na pesquisa foi o FUMDES, especificamente aplicada no estado de Santa Catarina. Por esse motivo, foi feita uma pequena síntese do contexto histórico catarinense, assim como da universidade em que se aplicou a pesquisa, a UNESC. Também foi feita a análise e descrição do objetivo de estudo que contempla as legislações correspondentes.

##### **1.4.2.1 Lócus: o estado de Santa Catarina e a UNESC**

O estado de Santa Catarina é destaque pela contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) e por apresentar bons índices de qualidade de vida. “Com pouco mais de 1% do território nacional, Santa Catarina produz 4% das riquezas brasileiras” (ATLAS, 2008, p. 11). Também mostram relevância suas belezas naturais e suas quatro estações bem definidas (ATLAS, 2008).

Santa Catarina está no topo do ranking de desenvolvimento humano e econômico. Também tem a melhor distribuição de renda entre todos os estados brasileiros e os menores índices de pobreza, analfabetismo e violência. Nas últimas três décadas, a economia catarinense cresceu 340%, e hoje o estado possui o 4º maior PIB per capita do Brasil. Tem um modelo de desenvolvimento descentralizado e uma economia diversificada, com vocação exportadora, grande potencial para o turismo e forte ênfase na inovação, destacando-se também pela potência agrícola e industrial (CATARINA, 2021).

Outro ponto forte da economia catarinense é o turismo. Considerado o melhor destino turístico do Brasil, o estado recebe anualmente cerca de 5 milhões de visitantes, incluindo estrangeiros, brasileiros de outros estados e os próprios catarinenses que circulam pelo território com motivação turística. As belas praias encontradas ao longo dos 560 km do litoral catarinense são as principais atrações da temporada mais movimentada, a de verão

(entre dezembro e fevereiro). Já no inverno, a Serra Catarinense é o destino mais concorrido, principalmente quando há ocorrência de neve (CATARINA, 2021).

Sobre a região sul, não tem como não citar o desenvolvimento proporcionado pela criação da Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI), em 1968. Hoje, a instituição é denominada Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), o lócus de análise da presente pesquisa.

Até meados de 1968, não existia nenhuma faculdade em Criciúma, o que deixava o município atrás de outras regiões próximas, como Tubarão. O progresso econômico que adveio com a mineração nas décadas de 1950 e 1960 não alcançava o desenvolvimento de outras áreas (BITENCOURT, 2011; GOULART FILHO; MORAES, 2009).

Em 1955, foi criada uma comissão para organizar os trabalhos em prol da implementação desse nível de ensino. Quando foi realizado o Primeiro Seminário de Estudo Pró-Implantação do Ensino Superior Região Sul Catarinense, além do sancionamento da lei municipal de criação da Fundação Universitária de Criciúma (FUCRI), houve uma importante movimentação que despertou a consciência universitária na cidade (BITENCOURT, 2011).

A UNESC foi criada por meio da Lei nº 697, de 22 de junho de 1968. Foi a primeira escola de nível superior de Criciúma e do Sul Catarinense. Os cursos eram voltados ao magistério, mas à medida que a região foi crescendo, foram criados outros cursos para atender à demanda empresarial (UNESC, 2022).<sup>4</sup>

Após grande esforço, no final de 1968, a FUCRI lançou edital para o primeiro vestibular do curso de Pedagogia. E assim, com o passar dos anos, mais cursos foram autorizados para funcionamento, como: Ciências Contábeis, Administração, Educação Física, Ciências Biológicas, Matemática, etc. (BITENCOURT, 2011).

Em 1997, após sessão plenária, o Conselho Estadual de Educação aprovou, por unanimidade, a transformação da União das Faculdades de Criciúma (UNIFACRI) em UNESC. A consolidação da Fundação como Universidade era uma importante oportunidade para a participação mais qualificada no desenvolvimento regional, pois ampliava-se sua atuação nas necessidades do sul de Santa Catarina (BITENCOURT, 2011; UNESC, 2020).

“A comunidade demonstrou receptividade, pois passou a manifestar publicamente que a UNESC era um desejo coletivo do sul catarinense” (BITENCOURT, 2011, p. 146). Reconhecida pela Resolução nº 35/97, do Conselho Estadual de Educação, publicada no

---

<sup>4</sup> Documento eletrônico. Disponível em: <https://www.unesc.net/portal/reitoria/sobre-a-unesc/>. Acesso em: 30 jun. 2022.

Diário Oficial de Santa Catarina em 4 de novembro de 1997, a UNESCO oficializou a conquista em ato de solenidade, no dia 18 de novembro de 1997, no teatro Elias Angeloni (BITENCOURT, 2011).

A Pós-Graduação *Lato Sensu* da UNESCO teve seus primeiros cursos implantados em 1980, e desde então já formou aproximadamente 4 mil especialistas. Para quem almeja crescimento na carreira, a qualificação (pós-graduação), além de valorizar o currículo, traz novas oportunidades, permite fazer networking, aperfeiçoar habilidades e capacidades técnicas e comportamentais (UNESCO, 2022).<sup>5</sup>

Para a UNESCO, além de sua consolidação como universidade, também era importante impulsionar a qualidade do ensino, da pesquisa e extensão. Portanto, preocupava-se com a formação continuada dos docentes a fim de aprimorar as habilidades pedagógicas, de uma forma mais afinada ao marco institucional e aos projetos político-pedagógicos dos cursos (BITENCOURT, 2011).

A criação de novos cursos na UNESCO levava em consideração as carências e vontades regionais, percebidas por meio de estudos das necessidades do mercado de trabalho, dos pedidos da sociedade civil ou de entidades dos poderes públicos. Dessa forma, cumpria a missão que destacava nos anos 2000: promover o desenvolvimento regional para melhorar a qualidade do ambiente de vida (BITENCOURT, 2011).

Hoje, sua missão é “educar, por meio do ensino, pesquisa e extensão, para promover a qualidade e a sustentabilidade do ambiente de vida”. Assim, estimula e fortalece o desenvolvimento regional nos seus vários níveis de sua atuação, para que, de forma estratégica, possa manter e garantir sua consolidação como universidade (UNESCO, 2022)<sup>6</sup>

#### 1.4.2.2 Objeto: o FUMDES – histórico e legislações

No mandato do governador Luiz Henrique da Silveira, em 25 de janeiro de 2008, foi sancionada a Lei Complementar nº 407, que regulamenta o art. 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina e institui o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior Essa foi, então, a lei que instituiu as bolsas de estudos FUMDES para pós-graduação.

---

<sup>5</sup> Documento eletrônico. Disponível em: <https://www.unesc.net/portal/reitoria/sobre-a-unesc/>. Acesso em: 30 jun. 2022.

<sup>6</sup> Documento eletrônico. Disponível em: <https://www.unesc.net/portal/reitoria/sobre-a-unesc/>. Acesso em: 30 jul. 2022.

Pedro Uczai, hoje deputado federal, foi quem defendeu a criação da Lei Completar nº 407 e, portanto, a regulamentação do art. 171 da Constituição do Estado de SC. Em seu primeiro mandato como deputado estadual, nos anos de 1997 a 2000, ele propôs a criação da lei, porém, naquele momento, não foi possível implantá-la. “Mesmo trazendo em várias oportunidades o debate e a importância de aprovar a regulamentação do artigo 171, terminamos o ano de 2000 sem ver deliberado o mérito desse projeto” (UCZAI, 2001, p. 80).

Depois, quando retornou em 2007, novamente a causa foi levantada. Na entrevista feita como o deputado, ele relata que: “em 2007, como deputado estadual, depois de ter vivenciado a experiência como prefeito de Chapecó, propus de novo. O governador vetou, vetou a lei, e nós derrubamos o veto, e, derrubando o veto, transformamos em lei o art. 171” (UCZAI, 2022). Pedro ainda acrescenta:

Eu lembro que a gente mobilizou inclusive a UNESCO e outros setores para que a gente pudesse derrubar o veto do art. 171. Então, fui eu quem propus o art. 171, propus a regulamentação, depois teve vários empecilhos, problemas para a regulamentação, e nós regulamentamos em 2008. Então, eu assumi em 1997 até 2000, aqueles quatro anos fizemos a lei, mas não só foi viabilizada, aí depois foi vetada, e nós derrubamos o veto lá a partir de 2008 (UCZAI, 2022).

Com o objetivo de fomentar o desenvolvimento e as potencialidades regionais, as empresas que recebem incentivos fiscais ou financeiros do estado de SC são obrigadas a recolher para o FUMDES, no momento em que usufruírem do benefício, o valor correspondente ao percentual de 2%. Já as empresas que contratarem pesquisa com órgãos da administração pública do estado recolherão 1% do valor do contrato também para o mesmo fundo.<sup>7</sup>

Em SC, o art. 171 da Constituição Estadual prevê formas de apoio à manutenção e ao desenvolvimento do ensino superior pelas empresas que se beneficiarem de programas estaduais de incentivos fiscais e financeiros, bem como aquelas que utilizarem tecnologias e pesquisas geradas pelas instituições que são financiadas pelo poder público estadual. Assim, o fundo arrecadado se retroalimenta quando estimula os próprios catarinenses a se desenvolverem e a contribuírem com o crescimento econômico e social do estado.<sup>8</sup>

Conforme o Decreto nº 470, de 17 de fevereiro de 2020, fica instituído o Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (UNIEDU), destinado à concessão de

---

<sup>7</sup> Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/legislacao/leis-e-decretos-legislacao>. Acesso em: 10 jun., 2022.

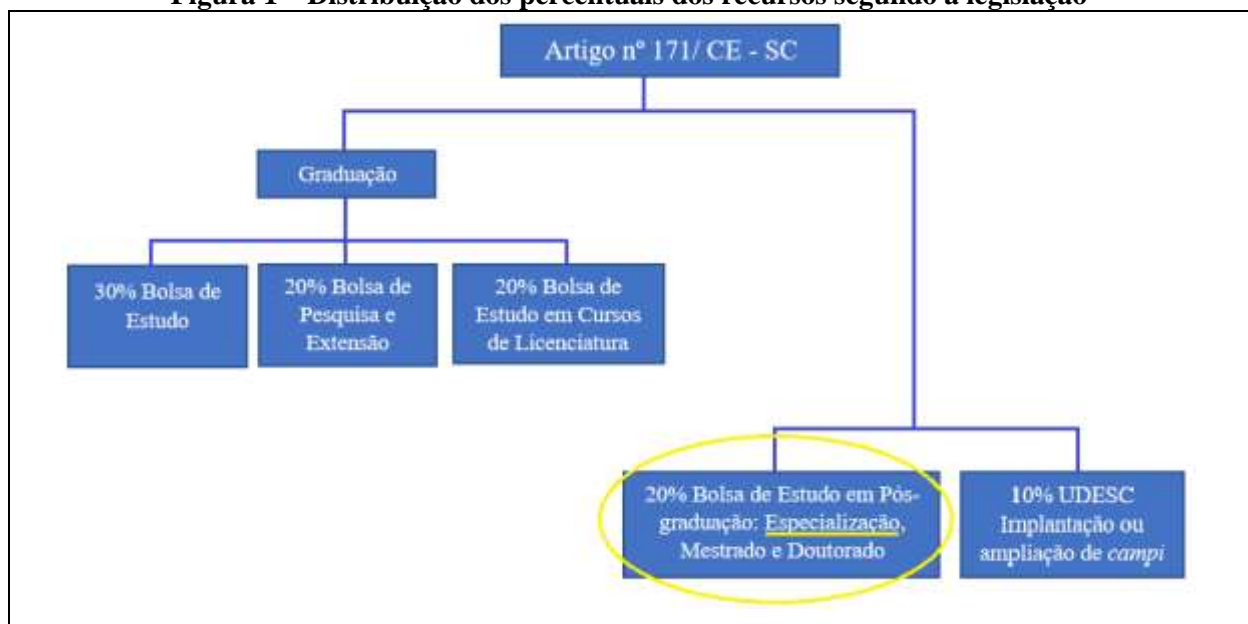
<sup>8</sup> Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/legislacao/leis-e-decretos-legislacao>. Acesso em: 10 jun. 2022.

benefício de assistência financeira a estudantes, bem como ao apoio, à manutenção e ao desenvolvimento do ensino superior. Esse decreto também determina os incisos I e III do art. 71 da Constituição do Estado, conforme dispositivo na Lei Complementar nº 281, de 20 de janeiro de 2005, na Lei Complementar nº 407, de 25 de janeiro de 2008, nos art. 170 e 171 da Constituição do Estado, e de acordo com o que consta nos autos do Processo SED nº 28.639/2019.<sup>9</sup>

Estão elencados dois objetivos do UNIEDU, sendo eles: estimular o acesso e a permanência no ensino superior e fomentar o desenvolvimento e as potencialidades regionais, por meio da produção e difusão do conhecimento e da formação de recursos humanos.<sup>10</sup> Após instituído o UNIEDU, houve uma centralização dentro da SED, quem administra e estabelece meios para o cumprimento das legislações já citadas acima.

Tratando-se especificamente do FUMDES para a pós-graduação *lato sensu*, a distribuição dos recursos obedece aos percentuais representados abaixo na figura 1, conforme art. 171 da Constituição Estadual de SC.

**Figura 1 – Distribuição dos percentuais dos recursos segundo a legislação**



**Fonte:** Adaptada do site UNIEDU. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/legislacao>. Acesso em: 21 maio 2021. Obs.: a pesquisa dá-se sobre a pós-graduação *lato sensu*, representada na figura como a especialização, sublinhada em amarelo.

<sup>9</sup> Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/legislacao/leis-e-decretos-legislacao>. Acesso em: 20 maio 2021.

<sup>10</sup> Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/legislacao/leis-e-decretos-legislacao>. Acesso em: 20 maio 2021.

Os recursos destinados ao pagamento das bolsas são provenientes de fonte própria do Tesouro do Estado e do FUMDES, previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA). Esses recursos correspondem a 20% do montante do FUMDES e são direcionados às bolsas de pós-graduação em nível de especialização (*lato sensu*), mestrado e doutorado (*stricto sensu*).<sup>11</sup>

Sobre a regulamentação do programa de bolsas do FUMDES, tem-se o Decreto nº 2.672, de 5 de outubro de 2009, o qual estabelece outras providências. O Anexo II desse decreto descreve finalidades, recursos, quantidade, valor, vigências, repasse dos recursos, requisitos, responsabilidades e prestação de contas das bolsas. De forma concisa, serão apresentados a seguir esses regimentos.

Em relação às finalidades do fundo, está prevista a concessão de bolsas em nível de especialização, mestrado e doutorado como forma de contribuir para o fortalecimento das IES atendidas, e, em contrapartida, para que elas possam responder às necessidades regionais, comprometendo-se assim com o desenvolvimento econômico e social e as potencialidades regionais.<sup>12</sup>

Para a quantidade, o valor e a vigência das bolsas, descreve que esses termos serão definidos pela Secretaria de Estado da Educação (SED) a cada início de ano letivo, com base nos recursos arrecadados do FUMDES e atendendo aos seguintes critérios: 50% para concessão de bolsas de estudo para especialização *lato sensu*; 30% para nível de mestrado e 20% para doutorado. O valor mensal para cada bolsa corresponderá ao estabelecido pelo CNPq para mestrado e doutorado, e em nível de especialização *lato sensu* será de 50% do valor da bolsa de mestrado.

O valor será aquele vigente no mês de dezembro do ano anterior, e o tempo de cada bolsa corresponderá ao prazo de duração do curso. O repasse dos recursos das bolsas será feito por meio de depósito em conta bancária do aluno.<sup>13</sup> Embora o Decreto nº 2.672, de 5 de outubro de 2009, seja o melhor documento explicativo sobre a subdivisão do percentual entre a pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, ele não está mais em vigência. Atualmente, o Decreto nº 470, de 17 de fevereiro de 2020, é que determina as diretrizes dessa PP, mas não especifica a distribuição.

---

<sup>11</sup> Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/legislacao/leis-e-decretos-legislacao>. Acesso em: 21 maio 2021.

<sup>12</sup> Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/legislacao/leis-e-decretos-legislacao>. Acesso em: 21 maio 2021.

<sup>13</sup> Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/legislacao/leis-e-decretos-legislacao>. Acesso em: 21 maio 2021.

No que concerne aos requisitos para a concessão das bolsas, o candidato deverá atender às seguintes exigências: ter cursado todo o ensino médio em rede pública ou em instituição privada com bolsa integral ou supletiva; residir no mínimo há dois anos no estado de SC; ter sido selecionado em programa de pós-graduação na modalidade presencial *stricto sensu*, devidamente credenciado no Ministério da Educação (MEC) ou no Conselho Estadual de Educação (CEE), ou ainda em programa de pós-graduação na modalidade presencial *lato sensu*, em IES devidamente credenciada no MEC ou no CEE e com sede no estado de SC.<sup>14</sup>

Ainda sobre os requisitos, é preciso que seja feita uma inscrição junto à SED, devendo obrigatoriamente conter os seguintes documentos: histórico escolar do ensino médio; declaração de bolsa integral ou supletiva para os candidatos que frequentaram instituição privada de ensino; comprovante de residência dos últimos dois anos no estado de SC; comprovante de matrícula em programa de pós-graduação na modalidade presencial; histórico escolar da graduação; comprovante de atividade acadêmica (publicações, participação em grupos de pesquisa, monitoria, projeto de extensão e prêmios recebidos); termo de compromisso assinado em que o candidato assume responsabilidades previstas no art. 12 do regulamento do próprio Decreto nº 2.672, e cadastro acompanhado de *curriculum vitae*.<sup>15</sup>

A seleção dos candidatos atenderá aos seguintes critérios: relevância da área de conhecimento para o desenvolvimento científico e tecnológico nas diferentes regiões do estado; prioridade à área de conhecimento que atende ao Plano de Desenvolvimento Regional definido pelo Conselho de Desenvolvimento Regional (CDR); originalidade e inovação; viabilidade técnica e econômica; responsabilidade e abrangência social do curso com a região em que está inserido; índice de desempenho satisfatório na graduação e relevância das atividades acadêmicas.<sup>16</sup>

Os bolsistas devem assumir as seguintes responsabilidades: não receber, durante a vigência da bolsa FUMDES, outra modalidade de bolsa oriunda de recursos públicos; cumprir o regulamento da instituição em que está matriculado; apresentar à SED, semestralmente, comprovante de matrícula e documento comprobatório de aprovação nas disciplinas, bem como atestado de desempenho acadêmico na fase de conclusão do curso; após a vigência da bolsa, apresentar à SED, em meio magnético (CD-R), cópia do trabalho de conclusão, de

---

<sup>14</sup> Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/legislacao/leis-e-decretos-legislacao>. Acesso em: 21 maio 2021.

<sup>15</sup> Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/legislacao/leis-e-decretos-legislacao>. Acesso em: 21 maio 2021.

<sup>16</sup> Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/legislacao/leis-e-decretos-legislacao>. Acesso em: 21 maio 2021.

acordo com o projeto. Em caso de não cumprimento dos compromissos ou de desistência do curso, deverá restituir à SED, nas mesmas condições em que foi beneficiado, acrescido de juros e atualização monetária, os valores correspondentes a todos os benefícios recebidos relativos à bolsa.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/legislacao/leis-e-decretos-legislacao>. Acesso em: 21 maio 2021.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo são abordadas as temáticas entendidas como base teórica para a construção da pesquisa. Contempla os conceitos sobre políticas públicas, as delimitações acerca das teorias dos campos, capitais e *habitus* de Pierre Bourdieu, dando ênfase à compreensão do *habitus*, e por último são discutidos os impasses da formação acadêmica, principalmente no que diz respeito à pós-graduação *lato sensu*.

### 2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas são políticas estatais que contemplam os interesses coletivos diante das pressões e necessidades sociais. Da mesma forma, a gestão social, segundo Genauto Carvalho de França Filho (2003), refere-se à gestão das demandas sociais, estratificando as diversas esferas da vida (cultura, política, social e ecológica). Portanto, trata-se de ações em resposta aos desejos de uma população frente aos desafios de determinado local, para suprir as dificuldades encontradas nas formas de se viver.

As políticas públicas abrangem as necessidades sociais de forma ampla. Já as políticas sociais, Kelly Gianezini *et al.* (2017), remetem à ideia de dar melhores condições socioeconômicas aos indivíduos que apresentam alguma limitação ou fragilidade, para que haja a reivindicação de seus direitos sociais. Dessa forma, se diferem pelo apelo em que as políticas sociais estão associadas, pelas reivindicações, em busca de dar melhores condições àqueles que não conseguem a emancipação social.

As políticas sociais estão voltadas principalmente para as proteções sociais no que tange prioritariamente à saúde, assistência social, educação e cultura, entre outros. Busca envolver de modo transversal ou pontual o enfrentamento da pobreza, gênero, raça, geração, etnia e orientação sexual. Elas se dão no campo interdisciplinar envolvendo a sociologia, a psicologia, o serviço social, entre outras áreas (BROTTO; KLEIN; ARAÚJO, 2016).

A gestão social acaba se confundindo com a gestão pública, pois as necessidades sociais sempre foram atribuídas ao Estado, através das chamadas políticas públicas, especialmente as políticas sociais. Porém, não significa serem exclusivas do poder público, pois as necessidades podem vir da própria sociedade especificamente pela forma de auto-organização, como o associativismo (FRANÇA FILHO, 2003).

Tenório (2008) diz que a gestão social está mais ligada a um gerenciamento participativo e democrático, seja na esfera de formulação de políticas públicas, seja nas outras

dimensões da gestão. Brotto, Klein e Araújo (2016) ressaltam que na gestão social prevalece a lógica humanitária, do interesse social em detrimento do privado. A ação pública ocorre de forma conjunta, envolvendo atores estatais e não estatais na resolução dos problemas.

Para França Filho (2003), entende-se que a gestão social pode acontecer além da atuação do Estado, pelas demandas da sociedade e a sua autogestão. Por meio de projetos, instituições públicas e privadas organizam-se na gestão de demandas que originalmente seriam de responsabilidade do Estado, e destas parcerias nasce o espaço que é chamado de sociedade civil, portanto, trata-se da esfera pública, mas com atuação não estatal.

Para Brotto, Klein e Araújo (2016), políticas sociais trata-se de uma atividade relacionada à decisão, tal como modo de gestão, e também no sentido do aprendizado social e individual. França Filho (2003) contribui dizendo que a expressão gestão social tem sido usada para identificar o exercício de muitos atores, não apenas governamentais, mas de associações, fundações, organizações não governamentais, além de outras iniciativas do setor privado que expressem responsabilidade social. Gestão social e terceiro setor se configuram como um novo padrão de enfrentamento das problemáticas contemporâneas, mudando assim a relação entre Estado e sociedade.

### **2.1.1 As políticas públicas para a educação superior em Santa Catarina**

Na educação superior, as políticas públicas possibilitam o acesso e a redução das desigualdades, visto ser uma área que merece atenção, pois impacta diretamente no desenvolvimento do país. Porém, é preciso que elas ultrapassem as barreiras apenas do acesso, para que de fato possam contribuir para uma mudança de vida aos catarinenses. “Santa Catarina tem um sistema de educação superior bem desenvolvido, com um grande número de Instituições de Educação Superior (IESs) públicas e um número ainda maior de IESs comunitárias e privadas disseminadas pelo Estado” (OCDE, 2010, p. 259). Em 2009, tinham-se um total de 121 IES, compostas por IES federais, estaduais, instituições municipais, comunitárias e privadas, isso é um número significativo se comparado ao tamanho da população, que era praticamente de 6 milhões de habitantes (OCDE, 2010).

Políticas públicas para a educação superior foram criadas no Brasil, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que são políticas nacionais. Diante desse tipo de expansão do ensino superior, o estado de Santa Catarina criou políticas públicas como aquelas que estão contidas nos artigos 170 e 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina que possibilitam a aplicação de

recursos para o ensino superior (SANTA CATARINA, 1989). “Em Santa Catarina o governo participa no ensino superior com a UDESC e indiretamente com imunidade tributária e incentivos fiscais para as IES privadas e com o programa UNIEDU” (PIZZI, 2016, p. 12). O estado de SC é digno de reconhecimento, visto serem poucos os estados brasileiros que têm esta preocupação com a educação superior.

O pioneirismo em proporcionar de forma redistributiva recursos financeiros via bolsas de estudo advém da ausência de recursos federais, da demanda de mão de obra e também pela expressiva presença das fundações municipais de educação. A implantação do artigo 170 e 171 da Constituição Estadual fez Santa Catarina o estado precursor dessa política no país (DIAS; MENEGUEL, 2021).

Para a execução do UNIEDU os recursos são provenientes da contribuição feita por empresas que obtêm incentivos fiscais estaduais. Essa obrigação rege o FUMDES, como uma retribuição social em contrapartida ao desconto concedido sobre o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Este modelo de intervenção destina os recursos para as políticas sociais, e o fomento é vinculado ao desenvolvimento econômico, direcionando ao programa de apoio ao ensino superior (PIZZI, 2016).

Para a concessão das bolsas em SC para a graduação, os requisitos serão vinculados à condição econômica. Por isso, algum dos critérios são: ter cursado todo o ensino médio em escola pública (ou privada com bolsa integral) e ter renda per capita com valor limite a ser estabelecido pelo executivo. Nas bolsas de pesquisa, como é o caso do FUMDES para a *lato sensu* e *stricto sensu*, é necessário também que o (a) candidato (a) tenha cursado o ensino médio em escola pública ou privada com bolsas, que podem ser na modalidade integral ou supletivas. Outro requisito importante para ambos os tipos de bolsa é que o candidato tenha no mínimo dois anos de residência no estado (SANTA CATARINA, 2008; BUENO, 2017; WESTRUP, 2019).

Com objetivo de promover a inclusão social e proporcionar um maior acesso à educação superior, o UNIEDU representa uma possibilidade de permanência por meio das bolsas ofertadas aos catarinenses. A ampliação da oferta e a democratização no acesso ao ensino superior reduziu as desigualdades, mas está longe de diminuir o abismo que separa ricos e pobres das diferenças educacionais (PIZZI, 2016). Para que haja democratização no ensino superior é preciso avançar em políticas públicas que expandam o acesso em IES privadas, mas também para a ampliação do ensino nas IES públicas, bem como aquelas voltadas à permanência dos estudantes (ZAGO, 2006).

## 2.2 PIERRE BOURDIEU E A TEORIA DOS CAMPOS, CAPITAIS E *HABITUS*

Para possibilitar a compreensão do contexto da educação superior e as forças de coerção da sociedade, fez-se um estudo das obras e teorias de Pierre Bourdieu para, à luz de seus conceitos, fazer as interpretações no que tange aos campos, os capitais e o *habitus* que inserem o objeto de estudo. As teorias de Bourdieu apontam para uma compreensão dos fenômenos sociais, por isso elas ajudam na interpretação das forças e arranjos da sociedade.

Sendo um sociólogo e filósofo oriundo do interior da França, ou seja, não era das elites, sua interpretação desvela e denuncia a dominação e a reprodução que se dá na sociedade. Por ser hierarquizada, as desigualdades exprimem que o processo de dominação e reprodução é incorporado de forma natural no espaço social (NOGUEIRA, 2009; NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002).

A função conservadora da escola é uma espécie de mitologia, pois a escola é libertadora apenas na intenção. A cultura não é igualmente distribuída, por isso que há oportunidades desiguais. Isso significa que, por razões históricas, as pessoas são produto do Estado, de um sistema de educação estatal. Quando se estuda, corre-se o risco de não ver nada, pois há opressão cultural, e tudo parece muito natural. Os olhos estão ajustados ao que veem porque são produtos do que veem, todos estão habituados à privação da cultura (BOURDIEU, 2019).

O discurso feito pelas elites faz com que pareça que todos os agentes sociais estão em condições igualitárias e que as diferenças econômicas e sociais são encaradas como um fracasso pessoal, por incapacidade ou falta de vontade. Este modelo hierarquizado é construído e reproduzido em várias esferas da sociedade. A escola, por exemplo, mesmo tendo em seu discurso que a educação é sinônimo de ascensão social, acaba excluindo, pois valoriza o capital cultural das elites (BOURDIEU, 2005).

Por isso que as crianças vindas de famílias dotadas de capital cultural, os valorizados pelas elites, são vistas como inteligentes, como se fosse algo nato e não construído. Da mesma forma que aquela criança que não tem acesso a certo tipo de cultura aparenta ter mais dificuldade ou mesmo falta de vontade de aprender (NOGUEIRA, 2009; BOURDIEU, 2005).

O conceito de campo, portanto, refere-se aos espaços de posições sociais. Segundo Maria Alice Nogueira (2009, p. 32), “cada campo de produção simbólica seria, então, palco de disputas – entre dominantes e pretendentes – relativos aos critérios de classificação e hierarquização dos bens simbólicos produzidos e, indiretamente, das pessoas e

instituições que os produzem”. Assim, em suas teorias, Bourdieu vai revelando os sistemas simbólicos estruturantes que exercem influências e poder na sociedade. Dessa forma, suas teorias sociais contribuem para desmascarar as forças que estruturam a sociedade neoliberal, e assim suas teorias desvelam a disputa pela hegemonia. Por meio da dominação, reproduzem-se as relações de poder existente.

Assim, para Nogueira (2009, p. 41), “no caso das modernas sociedades capitalistas, os dois tipos mais importantes de capital seriam o cultural e o econômico”. Dessa forma, conforme as posições que o indivíduo ocupa na sociedade produz sistemas simbólicos que se encaixam numa hierarquia socialmente reconhecida.

Os capitais representam um conjunto de recursos que dão o fundamento e potencializam uma ação, um comportamento ou cultura. Estão vinculados a um grupo, unidos por ligações permanentes e úteis, em trocas materiais e simbólicas que justificam essa proximidade. Assim, o volume de capital social, por exemplo, vai definir a extensão das relações sociais que podem conduzir a outros volumes de capitais como o econômico e cultural (BOURDIEU, 2015).

### **2.2.1 O *habitus***

Analisar os *habitus* dentro do contexto social a partir da perspectiva das teorias de Bourdieu nos remete a analisar a cultura, os costumes, os gostos e preferências, assim como a herança familiar que compõe o jeito de agir de cada indivíduo. Aquilo que é socialmente valorizado dentro de uma cultura existe uma razão de ser, discutir sobre as referências dentro dessa construção estruturada será a proposta desta seção.

A construção do *habitus* é um processo da relação e interdependência de diferentes relações sociais e sua visibilidade. Os valores culturais de referência são oriundos do espaço plural e das múltiplas relações que se dão na família, na escola e na mídia. Podem ser relações de continuidade ou ruptura (SETTON, 2002).

Bourdieu (2001) relaciona o *habitus* como um *modus operandi*, como se fosse uma disposição incorporada sem a necessidade de racionalizar as ações, uma espécie de postura prática de operar. Como uma “espécie de jogo que não tem a necessidade de raciocinar para se orientar e se situar de maneira racional num espaço” (BOURDIEU, 2001, p. 62). Assim, o sujeito está habituado a reproduzir padrões já incorporados em sua rotina, consciente ou inconscientemente.

Setton (2002) ressalta que *habitus* não é destino. São características de uma identidade social, um sistema de orientação de identidade que condiciona as ações dos sujeitos. O sistema age ora consciente, ora inconsciente e determina uma pré-disposição cultural sob a subjetividade das escolhas.

Para Bourdieu (2019), o *habitus* é um sistema de disposições. É o que determina, por exemplo, que os sujeitos sociais compreem isto ao invés daquilo, como se fosse um instrumento permanente de construção de atitudes. Refletir sobre as possibilidades é sair do senso comum, pois são as ações dos agentes que constroem o mundo. É por meio de uma visão intelectualista que se exclui o pensamento prático, ampliando a própria possibilidade de refletir sobre esta construção.

As escolhas seguem padrões, mas todo indivíduo tende a buscar pela originalidade. Para Bourdieu (2001, p. 63):

A procura da originalidade a todo custo, frequentemente facilitada pela ignorância [...] consiste em afirmar, ao mesmo tempo, a continuidade e a ruptura, a conservação e a superação, em se apoiar em todo o pensamento disponível sem temer a acusação de seguidismo ou de ecletismo, para ir além dos antecessores, ultrapassados assim por uma utilização nova dos instrumentos para cuja produção eles contribuíram. A capacidade de reproduzir ativamente os melhores produtos dos pensadores do passado pondo a funcionar os instrumentos de produção que eles deixaram é a condição do acesso a um pensamento realmente produtivo.

Os instrumentos herdados servem como meio intuitivo e produtivo de se conduzir as ações. A continuidade e a ruptura fazem parte do dia a dia nos comportamentos cotidianos, e servem como superação de algo a ser ultrapassado. No comportamento individual há uma relação dialética entre as disposições estruturadas (no social) e as estruturantes (na mente). Elas se atualizam e tendem a ser reproduzidas como se fossem orquestradas pelas conjunturas estimulantes. As novas experiências são confrontadas com a própria história, mas elas não funcionam puramente com a lógica da reprodução, pois os agentes reagem e adaptam-se, estabelecendo estratégias e construindo seu próprio destino, a partir da interação em diferentes ambientes (SETTON, 2002).

Quando se pensa, nunca se sabe completamente o que se pensa, pois uma parte importante dos instrumentos que se utiliza para pensar é produto das condições sociais de produção. As categorias de pensamento, os conceitos, as próprias palavras que se emprega estão carregadas de história (BOURDIEU, 2019, p. 319).

A educação sistemática é apropriada de maneira inconsciente e difusa. As semelhanças têm seu princípio na escola, onde tem o papel de transmitir conscientemente e também inconscientemente os *habitus*. As condições que direcionam a analogia de afinidade relacionam-se pela sistemática apropriada por meio da educação. Aquilo que constitui a cultura, ou melhor dizendo, o *habitus*, deriva de um conjunto de esquemas assimilados e aplicados às situações cotidianas (SETTON, 2002).

### 2.3 A FORMAÇÃO ACADÊMICA E SEUS IMPASSES NA INCLUSÃO SOCIAL

Diante dos desafios encontrados pela universidade e suas atribuições perante a sociedade, os mecanismos de gestão devem abranger seus diversos objetivos além de manter os seus principais fins. A formação acadêmica passa direta e indiretamente pelas forças de ordem social, de modo que são introduzidas na formação do indivíduo questões objetivas e subjetivas.

Segundo Boaventura de Sousa Santos (1989, p. 13), “os três fins principais da universidade passaram a ser a investigação, o ensino e a prestação de serviço”. Além destas funções, ela também precisa desempenhar um papel de representatividade, lidando com tensões advindas do mundo moderno, seja no sentido de garantir a formação adequada para o mercado, seja com suas contribuições para a comunidade local, bem como sua própria administração enquanto empresa, equilibrando-se no mercado competitivo que o sistema neoliberalista exige.

Outra questão levantada por Santos (1989) são as aparentes contradições entre suas funções e suas articulações com outros subsistemas sociais. Ele cita que tanto para Bourdieu e Passeron (1970) como para Off (1977) existe uma contradição entre a aparente mobilidade social por meio da escola e a continuação e até aprofundamento das desigualdades sociais reproduzidas, contribuindo para a ordem social estruturalmente incoerente. “Os estudos demonstram a educação como meio de mobilidade social, mas também por outro lado, como forma de reprodução das desigualdades” (PIZZI, 2016, p. 7). A escola, portanto, abrange questões socialmente estruturadas, e por isso questiona-se seu papel na sociedade.

Para promover melhor equidade no acesso à educação superior, nos últimos anos muitas universidades criaram um sistema de cotas (em geral entre 10% e 20%) para estudantes negros e alunos originários de escolas públicas. Embora haja controvérsia sobre a equidade – e até a legitimidade – dessas cotas, o sistema vem oferecendo a

jovens oriundos de meios menos favorecidos mais oportunidades para cursar uma universidade (OCDE, 2010, p. 155).

O ensino superior no Brasil caracterizou-se tradicionalmente por ser excludente. O cenário só alterou significativamente na última década, após implantação de políticas públicas de acesso. Isso possibilitou o ingresso de camadas antes excluídas (CARNEIRO; BRIDI, 2020). O sistema de cotas possibilitou um novo cenário, mas ainda é preciso avançar nas políticas públicas para que haja inclusão. “O ensino superior no Brasil conta com recursos públicos e privados para seu financiamento” (PIZZI, 2016, p. 11). Porém, ainda assim, “somente um sexto dos alunos do ensino médio chega à educação superior, e há dois milhões de jovens entre 15 e 17 anos fora da escola” (OCDE, 2010, p. 186).

Os números ainda não são próximos do ideal, considerando que expressivo quantitativo da população brasileira continua fora do Ensino Superior. Para os que acessam, emerge a problemática qualidade e permanência, uma vez que o acesso não é suficiente, é preciso garantir o desenvolvimento do estudante em seu percurso acadêmico, visando seu ingresso no mundo profissional (CARNEIRO; BRIDI, 2020, p. 147).

Além dos números de matrículas no ensino superior, é preciso analisar o impacto social e econômico que isso representa. “A ampliação da oferta privada e a diversificação nem sempre significam inclusão social e democratização do ensino, além de haver o risco de perda da qualidade” (PIZZI, 2016, p. 8). Os órgãos competentes precisam observar o que isso representa e como contribuir para reduzir as desigualdades sociais. “A atenção deve ser voltada ao oferecimento de uma educação de alta qualidade para todos, a fim de nortear a emergência da economia do conhecimento e assegurar a igualdade de oportunidades” (OCDE, 2010, p. 45). Quando houver educação de qualidade para todos, independente se oriundo de escola pública ou privada, os reflexos na educação superior serão sentidos de uma forma mais efetiva, principalmente no que tange à democratização do acesso e a sua permanência.

A recente crise econômica atingiu o ensino superior, aumentou o trancamento nos cursos das IES privadas e a redução do crescimento das matrículas. Conseqüentemente, o programa UNIEDU teve retração e não atingiu o número suficiente para suprir as vagas reduzidas nas IES públicas. Houve, portanto, um retrocesso na evolução das IES (PIZZI, 2016).

### 2.3.1 A *lato sensu* no Brasil e seus principais desafios

A pós-graduação *lato sensu* é um meio de formação continuada para os estudantes, “foi criada para os profissionais de nível superior, que tem por objetivo a especialização profissional visando conhecimentos sobre determinada área de forma específica” (TAUIL; MAINARDES, 2015, p. 221). São programas de nível superior para complementar a formação acadêmica e proporcional a uma atualização profissional.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 44:

A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas [...] pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino.<sup>18</sup>

Conforme dicionário Michaelis (2021), a pós-graduação *lato sensu* é o “curso de especialização com o objetivo de aprimorar os conhecimentos do curso universitário concluído, de preparar o aluno para o mercado de trabalho e de iniciar a vida acadêmica como docente ou como pesquisador, não exigindo defesa de tese ou dissertação”.<sup>19</sup>

A Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) e Câmara de Educação Superior (CES) n. 1, de 6 de abril de 2018, estabelece normas para o funcionamento de curso de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização. Dentre as normas estabelecidas cabe destacar que: a carga horária mínima é de 360 horas e o corpo docente deverá ser constituída por professores especialistas, sendo que 30% destes deverão ser mestres ou doutores.<sup>20</sup>

No art. 1ª da Resolução CNE/CES n. 1, de 6 de abril de 2018, especifica que:

Cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização são programas de nível superior, de educação continuada, com os objetivos de complementar a formação acadêmica, atualizar, incorporar competências técnicas e desenvolver novos perfis profissionais, com vistas ao aprimoramento da atuação no mundo do trabalho e ao atendimento de demandas por profissionais tecnicamente mais qualificados para o setor público, as empresas e as organizações do terceiro setor, tendo em vista o desenvolvimento do país.

---

<sup>18</sup> Documento eletrônico. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96#art-39>. Acesso em: 4 jun. 2021.

<sup>19</sup> Documento eletrônico. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br>. Acesso em: 4 jun. 2021.

<sup>20</sup> Documento eletrônico. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>. Acesso em: 4 jun. 2021.

Dessa forma, os cursos de especialização *lato sensu* correspondem a um aprimoramento para a atuação no mundo do trabalho, visando conhecimentos sobre determinada área de forma específica. Para algumas profissões, o título de especialista é um sinônimo de um currículo competitivo para o mercado.

Para Tauil e Mainardes (2015, p. 221), “o modelo de ensino por meio de cursos de pós-graduação *lato sensu* é relativamente novo no Brasil quando comparado com outros países”. A primeira legislação tem-se desde 1970, mas até hoje ela sofre modificações em suas regulamentações, e isso não favorece este nível de curso (FREITAS; CUNHA, 2009).

Segundo Maria Aparecida de Oliveira Freitas e Isabel Cristina Kowal Olm Cunha (2009), em 1961, com a promulgação da LDB n. 4.024/1961, fez-se a primeira menção sobre cursos de especialização e aperfeiçoamento, mas não deixava claro sobre a natureza dos cursos. Em 1965 o MEC regulamentou pelo Parecer 977/165, onde distinguiu a *lato sensu* da *stricto sensu*, sendo a primeira para especialização e aperfeiçoamento e a segunda para mestrado e doutorado.

Porém, a *lato sensu* permaneceu sem regulamentação específica. Somente em novembro de 1977, após doze anos de lacuna, o CNE emitiu a Resolução n. 14/1977, que esclarecia condições sobre a certificação. Esta resolução vigorou até 1983, quando a Resolução n. 12/1983 entrou em vigor e estabelecia para a *lato sensu* um aspecto formativo de cursos de aperfeiçoamento e especialização para o magistério superior (FREITAS; CUNHA, 2009).

Ainda segundo Freitas e Cunha (2009), em 1999 houve nova resolução que durou até abril de 2001, com a Resolução n. 1/2001, abrangendo aspectos importantes como que a *lato sensu* deveria voltar suas expectativas para o aprimoramento acadêmico e profissional. O relator Luiz Roberto Liza Curi, no Processo n. 23000.024227/ 2020-06, ao dissertar sobre o seu entendimento ao curso de especialização, diz que este foi assumindo progressivamente o caráter de especialidade profissional, e são cursos que se seguem aos cursos de graduação, mas não se confundem com os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em que se enquadram os cursos de mestrado e doutorado.<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> Documento eletrônico. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12899-pos-graduacao-normativos>. Acesso em: 4 jun. 2021.

Ao analisar as legislações, percebeu-se alguns processos acerca das instituições não educacionais poderem oferecer cursos de especialização. Porém, com o grande volume de pedidos de credenciamentos que aparentemente vinham de empresas criadas com esta finalidade, o Parecer CNE/CES n. 18/2010 reverteu a indicação, votando, portanto, pela extinção do credenciamento de instituições não educacionais.

As constantes mudanças na legislação dificultam a implantação desta modalidade, mesmo para as IES que têm tradição no ensino de *stricto sensu*. A falta de um respaldo mais preciso na legislação brasileira dá margem para a sua interpretação (FREITAS; CUNHA, 2009).

Para ter sucesso, as IES necessitam ter condições de atender os cumprimentos legais, ofertar referências de qualidade, além de ouvir as necessidades locais. O cenário é desafiador, pois é preciso que as instituições estejam preparadas para ingressar e permanecer no mercado (RODRIGUES; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2009).

Os alunos que buscam cursos de pós-graduação *lato sensu* estão em busca de ascensão profissional e precisam especializar-se. Isso ficou claro nas análises descritivas do fator empregabilidade e na análise das funções profissionais dos alunos, onde quase 55% ainda não atingiram níveis de Gerência ou Alta gerência (TAUIL; MAINARDES, 2015, p. 234).

Foi possível identificar que os alunos abordam questões como a aplicabilidade da disciplina, a possibilidade de troca com colegas e professores como fatores importantes para o curso. E que é fundamental o papel do aluno na aprendizagem para que haja impacto na carreira (SILVA; GODOY, 2016).

Portanto, com o fim de aperfeiçoar e desenvolver competências técnicas e comportamentais, a pós-graduação *lato sensu* qualifica para o trabalho e atende as demandas empresariais e sociais, contribuindo para o desenvolvimento. Seus desafios englobam questões como a sua mercantilização e qualidade, mas por ser relativamente nova no Brasil espera-se que as legislações possam dar as diretrizes e regulamentações necessárias para seu bom desempenho e contribuição para o país.

### 3 PESQUISA: ANÁLISE DE DADOS

A partir deste capítulo serão analisados os resultados obtidos com a pesquisa. Avaliando do primeiro ao quarto e último objetivo específico, os resultados encontrados serão abordados de acordo com os procedimentos de pesquisa e as análises efetuadas.

#### 3.1 EDITAIS CEDIR E CHAMADA PÚBLICA FUMDES PARA A ESPECIALIZAÇÃO

Como primeiro objetivo específico, tinha-se: analisar os editais anuais do FUMDES/UNIEDU direcionados às especializações *lato sensu*, no período de 2013 a 2019. Para isso, foi feita uma análise documental a partir dos editais publicados nesse intervalo de tempo, designadamente selecionados. As principais fontes de pesquisa documental foram:

- 1) O site UNIEDU, que ofereceu informações sobre os editais específicos de cada ano e os bolsistas selecionados nas chamadas públicas;
- 2) Os editais internos publicados especificamente na UNESC, após credenciamento por meio do edital da SED, nos anos 2014 e 2018;
- 3) Legislações correspondentes ao FUMDES e à regulamentação do art. 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Dessa forma, os resultados serão apresentados primeiro pela análise do site UNIEDU, considerando os editais de chamadas públicas, e, na sequência, os editais publicados na UNESC. As legislações entrelaçam os dois resultados, confirmando ou não a sua aplicação.

Os editais publicados no site do UNIEDU são de dois tipos distintos. Destacamos primeiro aquele que se refere à concessão de bolsas, na modalidade presencial, em nível de especialização do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (UNIEDU), diretamente aberto aos alunos que desejam se candidatar, via chamada pública. O segundo tipo, que diz respeito aos Cursos Direcionados de Especialização (CEDIR), trata-se do credenciamento de instituições de ensino superior para a concessão de fomento para a pós-graduação em cursos de especialização. Ambos são mantidos com recurso do FUMDES.

Quanto à análise dos editais via chamada pública, a fonte de pesquisa foi o site do UNIEDU (<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/>). Foram analisados editais, históricos de contemplados e quantidade de bolsas. A coleta de dados realizada no site deu-se na data de 01/10/2020, sendo feito o exame dos editais publicados. Em 10/07/2022, foi revisitado o site, a fim de fazer a última crítica das informações. O foco da análise foi a pós-graduação *lato*

*sensu* – mais popularmente conhecida como especialização. Foi feito um recorte dos anos de 2013 a 2019, conforme as publicações feitas, a quantidade de bolsas oferecidas, bem como a quantidade de contemplados. Assim, no quadro 1, pode-se visualizar essa análise das bolsas *lato sensu* via chamadas públicas.

**Quadro 1** – Número de bolsas FUMDES para *lato sensu* no período de 2013 a 2019 publicadas no site UNIEDU

ANO	Nº BOLSAS EDITAL	VALOR DA BOLSA	Nº DE BOLSAS CONCEDIDAS	OBSERVAÇÕES
2019	100	R\$750,00	63 bolsas	66 inscritos, 3 pessoas eliminados por não terem encaminhado a documentação
2018	Não há informação	Não há informação	Não há informação	
2017	100	R\$750,00	100 bolsas	
2016	Não há informação	Não há informação	7 bolsas	Não fica muito claro, mas dá a impressão de que utilizaram o processo seletivo de 2015.
2015	100	R\$750,00	100 bolsas	Para o último classificado, havia uma observação sobre a entrega de documentos.
2014	50	R\$750,00	50 bolsas	5 alunos estavam classificados, mas ainda precisavam apresentar documentação.
2013	Não há informação	Não há informação	10 bolsas	Só estavam publicados os resultados da segunda chamada pública.

**Fonte:** elaborado pela autora.

É importante o destaque de que o quadro acima representa, em números, somente os dados publicados oficialmente no site UNIEDU, oriundos dos editais de chamadas públicas da SED. Nessa modalidade, não há credenciamento de IES, sendo o bolsista selecionado após análise de documentação. Os alunos que estavam cursando especializações em cursos diversos, de todas as cidades catarinenses, puderam se candidatar e concorrer à bolsa.

Também foi feita uma breve análise dos editais publicados para o credenciamento de instituições. Pois além dos editais de chamadas públicas, por meio dos quais os alunos de curso presencial podiam se candidatar, havia também os editais publicados pelo UNIEDU diretamente direcionados às instituições de ensino superior. Nos editais publicados anualmente para o credenciamento das instituições, tinha-se um direcionamento de cidades e temáticas a serem trabalhadas. O objetivo do edital era a definição das condições de credenciamento e adesão ao programa e de operacionalização do Curso de Especialização Direcionado do Programa de Bolsas do FUMDES.

Nesses editais, após direcionamento de uma comissão *ad hoc*, nomeada pela Portaria nº 14/2011, eram estabelecidas as temáticas prioritárias do curso para o desenvolvimento regional. Além disso, ressaltava-se que o recurso para o pagamento das bolsas era oriundo do FUMDES, de acordo com o art. 6º da Lei Complementar nº 407/2008, previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano correspondente.

Conforme o inciso 1º do artigo 6º da Lei Complementar nº 407, de 25 de janeiro de 2008, a seleção dos candidatos para a concessão das bolsas é realizada por comissão *ad hoc*. Essa comissão é designada pelo Secretário de Estado da Educação, tendo participação obrigatória da SED, da FAPESC e das IESs.<sup>22</sup> A mesma comissão *ad hoc* analisa e classifica os projetos de Especialização Direcionado – FUMDES, encaminhados pelas IES, de acordo com a legislação e a adequação aos critérios do edital. Dessa forma, posteriormente ao prazo de cadastramento das IES, a SED também publica o resultado do edital, sendo possível identificar o direcionamento das cidades e as respectivas instituições credenciadas.<sup>23</sup>

Ainda tendo em vista esse primeiro objetivo, foi feita a tentativa de entrevista com o/os responsável/responsáveis da SED no que diz respeito ao FUMDES para a *lato sensu*, mas não se obteve sucesso. Primeiro, estabeleceu-se contato por telefone com uma funcionária que informou um e-mail da pessoa responsável pela bolsa FUMDES. Foi, então, enviado e-mail solicitando que essa pessoa aceitasse ser entrevistada, no entanto, não se obteve resposta.

A segunda alternativa foi apenas enviar os questionamentos por e-mail. Ainda assim, as respostas possibilitaram maior amplitude de compreensão das diferentes características dos editais. Dessa forma, foi possível identificar que, no caso dos Cursos Direcionados de Especialização (CEDIR), há o credenciamento de IES por meio de edital da SED, o qual estabelece os cursos e as regiões de oferta, assim como determina as regras para credenciamento de IES candidatas à oferta dos cursos, devendo elas apresentar projeto de curso.<sup>24</sup>

Acrescenta-se que o valor da mensalidade é parte das informações que a IES candidata deve apresentar no projeto. Por isso, após o credenciamento das instituições ofertantes, cada uma delas credenciada divulga edital próprio para seleção de bolsistas entre

---

<sup>22</sup> Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/legislacao/leis-e-decretos-legislacao>. Acesso em: 13 jun. 2022.

<sup>23</sup> Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/legislacao/leis-e-decretos-legislacao>. Acesso em: 13 jun. 2022.

<sup>24</sup> Resposta obtida no e-mail do setor do FUMDES da SED.

candidatos que se cadastram para frequentar o curso da IES/Região, sempre sob orientação da SED e de acordo com a legislação da bolsa UNIEDU/FUMDES/Pós-graduação.<sup>25</sup>

Portanto, ficam esclarecidas as duas modalidades possíveis de se receber uma bolsa FUMDES para a pós-graduação *lato sensu*. A primeira é por chamada pública, divulgada no site UNIEDU, e a segunda, por meio da oferta direcionada da SED em parceria com as IES credenciadas, denominada CEDIR.

Assim, para efeito da segunda parte desse objetivo específico, foi feito o exame dos editais da UNESC, uma das instituições credenciadas no período de análise, ofertando um curso na modalidade CEDIR. Considerando o período de recorte, teve-se abrangência de duas turmas: uma no ano de 2014 e outra no ano de 2018.

O primeiro curso foi Educação, Diversidade e Redes de Proteção Social, oferecido em 2014 pela instituição. Já o segundo foi Especialização em Fundamentos e Organização Curricular, ofertado no ano de 2018. O primeiro edital, publicado em 28 de julho de 2014 no site da UNESC, tratava do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação, Diversidade e Redes de Proteção Social (Edital nº 21/SED/2014). Ele teve carga horária de 360 horas, e suas aulas davam-se às sextas-feiras, das 19h às 22h, e aos sábados, das 08h às 12h e das 13h às 17h.<sup>26</sup>

O texto do edital diz que a SED subsidiaria 25) bolsas para os candidatos selecionados, sendo o valor de R\$750,00 depositado diretamente em conta bancária do aluno. Por isso, ele deveria fazer o repasse de R\$428,00 para a UNESC, referente à mensalidade do curso. Os R\$322,00 restantes ficariam como ajuda de custo para o discente.<sup>27</sup>

O segundo edital da UNESC analisado foi publicado em 26 de junho de 2018 (Edital nº 1.536/SED/2018) com o nome de Especialização em Fundamentos e Organização Curricular. Contou com carga horária de 360 horas, tendo suas aulas às sextas-feiras, das 18h30 às 22h30, e aos sábados das 08h às 12h e das 13h às 17h.<sup>28</sup>

Foram disponibilizadas 30 vagas para bolsistas e 5 vagas para pagantes. A SED subsidiou, portanto, 30 bolsas para os candidatos selecionados, efetuando o repasse para

---

<sup>25</sup> Resposta obtida no e-mail do setor do FUMDES da SED.

<sup>26</sup> Documento eletrônico. Disponível em:

<https://www.unesc.net/portal/capa/index/233/0/0/componente/documentos/>. Acessado em: 18 maio de 2022.

<sup>27</sup> Documento eletrônico. Disponível em:

<https://www.unesc.net/portal/capa/index/233/0/0/componente/documentos/>. Acessado em: 18 maio de 2022.

<sup>28</sup> Documento eletrônico. Disponível em:

<https://www.unesc.net/portal/capa/index/233/0/0/componente/documentos/>. Acessado em: 18 maio de 2022.

pagamento da bolsa no valor de 50% do valor da bolsa de mestrado estabelecido pelo CNPq, ou seja, R\$750,00, em 18 parcelas.<sup>29</sup>

O aluno classificado assumiu as obrigações financeiras perante a UNESC referentes ao curso no valor de 18 parcelas de R\$ 520,00. Dessa forma, foi concedido ao pós-graduando bolsista o benefício de 100% da mensalidade, custeada pela SED, desde que cumprisse as obrigações previstas no Regimento da Pós-Graduação *Lato Sensu*, restando ainda o valor de R\$230,00 para ajuda de custo.<sup>30</sup>

No edital, também constavam os documentos necessários para a inscrição do candidato bolsista, o cronograma do edital até o início das aulas e as obrigações do aluno, da UNESC e da SED. Também esclarecia que o credenciamento teria validade pelo período de execução do Programa, tendo a IES a obrigatoriedade de oferecer o curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* – Especialização em Fundamentos e Organização Curricular UNIEDU/FUMDES/2018, para o qual se credenciou.<sup>31</sup> No quadro abaixo, é possível ver a descrição desses dois editais de forma concisa.

**Quadro 2** – Bolsas FUMDES para *lato sensu* da UNESC no período de 2013 a 2019

ANO	Nº BOLSAS EDITAL	VALOR DA BOLSA	VALOR DO CURSO	AJUDA DE CUSTO	NOME DO CURSO
2014	25 VAGAS	R\$750,00	R\$428,00	R\$322,00	Educação, Diversidade e Redes de Proteção Social
2018	30 VAGAS	R\$750,00	R\$520,00	R\$230,00	Especialização em Fundamentos e Organização Curricular

**Fonte:** elaborado pela autora.

### 3.2 A GESTÃO DA BOLSA FUMDES

O segundo objetivo específico da dissertação é: compreender de que forma é feita a gestão dessa política pública pelo UNIEDU, levando-se em conta a análise e os critérios para a escolha dos estudantes. Para isso, também foram coletados os dados dos editais publicados tanto pelo UNIEDU, quanto pela UNESC, além de terem sido realizadas

<sup>29</sup> Documento eletrônico. Disponível em:

<https://www.unesc.net/portal/capa/index/233/0/0/componente/documentos/>. Acessado em: 18 maio de 2022.

<sup>30</sup> Documento eletrônico. Disponível em:

<https://www.unesc.net/portal/capa/index/233/0/0/componente/documentos/>. Acessado em: 18 maio de 2022.

<sup>31</sup> Documento eletrônico. Disponível em:

<https://www.unesc.net/portal/capa/index/233/0/0/componente/documentos/>. Acessado em: 18 maio de 2022.

entrevistas com as coordenadoras do setor de pós-graduação *lato sensu* da UNESC no período de análise.

Segundo os editais de chamadas públicas divulgados no site do UNIEDU, os critérios para ser um bolsista FUMDES são: I) ter cursado o ensino médio em escola pública ou privada com bolsa integral ou parcial; II) residir há dois anos no estado de Santa Catarina; III) o candidato que já foi bolsista do programa só pode concorrer novamente se for em nível superior àquele no qual já foi beneficiado; IV) não receber benefício de outra bolsa de estudo proveniente de recursos públicos.<sup>32</sup>

Para concorrer à bolsa, o aluno precisa entregar impreterivelmente os documentos para a primeira etapa: 1) histórico escolar do ensino médio; 2) comprovante de residência dos últimos dois anos; 3) comprovante de matrícula da pós-graduação *lato sensu*; 4) histórico escolar de graduação; 5) cópia do cadastro feito no site UNIEDU; 6) currículo *Lattes*; 7) cópia do RG e, se casado, da certidão de casamento ou documento de união estável registrado em cartório.<sup>33</sup>

A segunda etapa trata-se da verificação de mérito por meio da comprovação das atividades acadêmicas (somente para alunos classificados na primeira etapa). Para isso, os candidatos precisam encaminhar: 1) termo de compromisso de bolsista; 2) cópia do CPF; 3) comprovante como titular de conta corrente no Banco do Brasil; 4) atestado de frequência no curso de pós-graduação; 5) plano de estudo; 6) comprovante de atividades acadêmicas (autoria de livro, capítulo de livro publicado, artigo publicado em periódico classificado pelo *Qualis/CAPES*, publicações em congressos, atividade de monitoria, participação em grupo de pesquisa, etc.).<sup>34</sup>

Em relação ao processo de análise e avaliação, serão considerados como primeira etapa a comprovação documental e a avaliação da proposta de estudo, tendo em conta os seguintes critérios: a) relevância da área de conhecimento para o desenvolvimento científico e tecnológico nas diferentes regiões do estado; b) prioridade para área de conhecimento que atenda ao Plano de Desenvolvimento Regional; c) originalidade e inovação, viabilidade técnica e econômica do projeto; d) responsabilidade e abrangência social do curso para a

---

<sup>32</sup> Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/legislacao/leis-e-decretos-legislacao>. Acesso em: 11 jun. 2022.

<sup>33</sup> Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/legislacao/leis-e-decretos-legislacao>. Acesso em: 11 jun. 2022.

<sup>34</sup> Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/legislacao/leis-e-decretos-legislacao>. Acesso em: 11 jun. 2022.

região do candidato; e) índice de desempenho na graduação; e f) relevância das atividades acadêmicas.<sup>35</sup>

Na segunda etapa, será analisada a comprovação de mérito para a classificação do candidato (conforme já mencionado acima, somente para aqueles classificados na etapa de documentação). Toda a publicação da primeira e da segunda etapas divulgação é feita no endereço eletrônico UNIEDU (<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br>), de acordo com a numeração de protocolo dos candidatos.<sup>36</sup> A concessão de bolsas será efetuada mediante seleção e classificação do candidato. Quanto ao prazo de duração da bolsa, para os cursos de pós-graduação *lato sensu*, especialização de até 18 meses, será de até 18 parcelas de R\$750,00<sup>37</sup>.

Agora, seguindo a ordem de exame, será feita a análise dos editais da UNESC referentes aos requisitos da classificação dos candidatos para as turmas de 2014 e 2018. Os editais foram encaminhados pelo setor de pós-graduação da UNESC, que prontamente contribuiu com a ajuda e o esclarecimento de informações. De todo modo, os editais analisados são públicos, encontrando-se no site da instituição, cujo endereço é: <https://www.unesc.net/portal/capa/index/233/0/0/componente/documentos/>.

Em relação aos requisitos para a bolsa, constam os seguintes: ter cursado o ensino médio em escola pública ou privada com bolsa integral ou parcial; residir no mínimo há dois anos em Santa Catarina; estar prioritariamente atuando no serviço público no território catarinense, preferencialmente, na área da educação. Para concorrer à bolsa, o aluno precisava passar por duas etapas: comprovação documental, com caráter eliminatório, e comprovação de mérito, com caráter classificatório.<sup>38</sup>

Para a inscrição, o candidato precisava apresentar os seguintes documentos: a) preenchimento do formulário online no site do UNIEDU (<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/pos-graduacao/>) b) impressão do formulário online; c) formulário impresso assinado pelo candidato à bolsa, carimbado e assinado pelo coordenador do programa de pós-graduação em que o candidato solicita bolsa; d) cópia dos documentos do edital anexados ao formulário impresso; e) cópia do Currículo *Lattes* impressa diretamente da

---

<sup>35</sup> Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/legislacao/leis-e-decretos-legislacao>. Acesso em: jun. 2022.

<sup>36</sup> Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/legislacao/leis-e-decretos-legislacao>. Acesso em: 15 jun. 2022.

<sup>37</sup> Valor em reais concedido no período analisado.

<sup>38</sup> Documento eletrônico. Disponível em:

<https://www.unesc.net/portal/capa/index/233/0/0/componente/documentos/>. Acesso em: 20 maio de 2022.

Plataforma *Lattes* (<http://lattes.cnpq.br/>) anexada ao formulário. f) entrega da documentação na UNESCO, no setor de Pós-Graduação *Lato Sensu*, até o prazo estipulado.<sup>39</sup>

Os documentos que o candidato precisava entregar no setor de pós-graduação da UNESCO, de acordo com os editais, eram: a) cópia do histórico escolar do ensino médio; b) declaração de recebimento de bolsa integral ou parcial expedida pela instituição em que cursou o ensino médio, quando se tratar de candidato que o frequentou instituição privada de ensino; c) cópia do histórico escolar de curso de graduação concluído; d) comprovante de residência dos últimos dois anos no estado de Santa Catarina; e) cópia impressa do cadastro de solicitação de bolsa de estudos para o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação, Diversidade e Redes de Proteção Social, direcionado – FUMDES; f) cópia do currículo impressa diretamente da plataforma *Lattes* (<http://lattes.cnpq.br/>); g) comprovante de atuação no serviço público no território catarinense, prioritariamente, na área da educação, se existir.<sup>40</sup>

Percebe-se que há coerência entre as documentações e os processos efetuados, tanto nos editais de chamadas públicas, em que o aluno remete os documentos e as comprovações diretamente para a SED, como nos editais elaborados pela UNESCO. Dessa forma, o candidato à bolsa de especialização pelo FUMDES precisava comprovar, em ambos os editais, os requisitos básicos para o ingresso: ter cursado o ensino médio em escola pública ou privada com bolsa e residir, no mínimo, há dois anos no estado. O aluno bolsista também precisava apresentar, semestralmente, documentação comprobatória de aprovação nas disciplinas ou de desenvolvimento de projeto de pesquisa ou extensão. Essas exigências eram obrigatórias, sob pena de cancelamento automático da bolsa em caso de descumprimento.

### 3.2.1 Operacionalização da bolsa na IES

Conforme entrevistas feitas com as coordenadoras de pós-graduação *lato sensu* da UNESCO, Elenice Padoin Juliani Engel, que liderou o setor nos anos de 2016 a 2019, e Ângela Piccinini, que esteve à frente da coordenação de 2019 a 2021, foi possível ter uma visão mais ampla da operacionalização dos editais direcionados às IES. Dessa forma, algumas perguntas foram dirigidas a elas tanto em relação ao processo de procura dos alunos como à prática do dia a dia na secretaria.

---

<sup>39</sup> Documento eletrônico. Disponível em: <https://www.unesc.net/portal/capa/index/233/0/0/componente/documentos/>. Acessado em: 20 maio de 2022.

<sup>40</sup> Documento eletrônico. Disponível em: <https://www.unesc.net/portal/capa/index/233/0/0/componente/documentos/>. Acessado em: 20 maio de 2022.

Às duas coordenadoras, foi questionado sobre a busca dos alunos pelas bolsas, com as seguintes questões: quando os alunos buscam por uma pós-graduação *lato sensu*, eles perguntam sobre bolsa de estudos? Se sim, você acredita que eles saibam distinguir o que seja uma bolsa oriunda de Políticas Públicas ou um desconto ofertado pela instituição?

A primeira entrevistada, Ângela Piccinini (2022), responde que:

Com relação à primeira parte, com certeza eles sempre perguntam pelas bolsas. Isso aí é normal. Que eles saibam diferenciar, creio que não. Eles perguntam sobre a bolsa, eu acho que nesse momento que eles fazem essa pergunta, pra eles, eu acho que nem importa da onde vem essa bolsa, interessa o percentual que eles vão ter desconto né, nesse sentido. Então, é claro que, quando é funcionário da instituição, eles já têm essa informação, até pelos próprios colegas e tudo mais, eles já têm essa informação de qual é o desconto que eles terão. Então, eles sempre perguntam realmente sobre a bolsa.

A segunda entrevistada, Elenice Padoin Juliani Engel (2022), diz que:

Assim, já faz algum tempo que nós fizemos essas bolsas, as bolsas eram direcionadas para a área da educação. Os dois processos que nós tivemos, eles foram direcionados para cursos de pós *lato sensu* para a educação, para professores de licenciatura. Eu diria assim... é um público bastante sensível ao preço. A gente tinha os nossos cursos de pós já pensados numa mensalidade que fosse mais adequada a esse público, que queria fazer a pós-graduação, especialização, é... E assim, eles tinham essa noção que poderiam ter bolsas, porque a área da educação ela recebe bolsas, recebe fomentos durante a graduação, né... Então, eles também procuravam na pós-graduação. Não sei te quantificar qual o percentual, se 50% deles tinham a noção que a bolsa era de origem pública, não sei te precisar, mas eu posso te dizer que sim, muitos alunos sabiam que tinha bolsa e que eles vinham procurar, inclusive em anos em que ela não estava sendo ofertada, porque os editais eles tinham períodos, não eram todos os anos.

Portanto, percebe-se que alguns alunos, como os da área da educação e aqueles que são funcionários da instituição, são mais suscetíveis a saberem da possibilidade de bolsa via políticas públicas, mas também é comum perguntarem sobre bolsas sabendo ou não dessa diferença. Assim, independentemente de ser bolsa via política pública ou desconto ofertado pela universidade, os alunos procuram por bolsas, mesmo quando elas não estão sendo ofertadas.

Para ambas as entrevistadas foi perguntado como chegava a informação aos alunos sobre a possibilidade de receber a bolsa UNIEDU para a especialização. Segundo a primeira entrevistada, no período em que ela esteve na coordenação, não recebeu nenhuma informação sobre bolsas do UNIEDU para especialização; para a graduação, os alunos sabem

(PICCININI, 2022). Já a segunda soube explicar toda a experiência, visto que ela acompanhou o término da primeira turma identificada (2014) e também todo o processo da segunda turma (2018) (ENGEL, 2022).

Assim, ela explica como funcionou o processo dentro da UNESC:

Então, nós tínhamos naquele período uma pró-reitoria: a pró-reitoria de pós-graduação de pesquisa e extensão, a PROPEX. Todos os editais que estavam focalizados, que tinham esse destino de bolsas, tanto para pesquisa, para extensão, e a pesquisa envolvendo pós-graduação, *stricto* e *lato sensu*, os editais eram enviados para os setores, então a gente recebia dessa pró-reitoria os editais que eram referentes aos cursos de pós-graduação *lato sensu*. Era assim que vinham, os editais vinham do governo para a PROPEX, pra reitoria, e a reitoria então acionava o setor competente, no caso, a coordenação de pós. A partir daí, a gente designava uma pessoa, nosso interlocutor entre o setor de pós e a secretaria do estado pra fazer... Aí tinha o edital que tinha que ser feito internamente, enfim, era assim que funcionava (ENGEL, 2022).

Depois, fez-se o questionamento sobre o vínculo entre a SED e a secretaria/coordenação do setor de Pós-Graduação *Lato Sensu* da UNESC para entender se a SED informava os períodos de inscrição para a bolsa. A coordenadora que acompanhou os processos responde que:

Quando nós recebíamos o edital, aí sim a gente estabelecia este interlocutor com a SED, e aí ficava, nós discutíamos tudo... Assim, era uma pessoa, principalmente a nossa supervisora de área que cuidava dos cursos da pós *lato sensu* educação, que a gente sempre teve supervisores de cursos lá... Então, ela fazia toda essa intermediação. Porque junto com a SED, além de trabalhar as características do edital, tinha questão de repasse da verba, tinha que envolver o nosso setor financeiro, tinha que envolver o nosso setor jurídico, na questão de avaliação de documentos, tinha que avaliar a nossa central de atendimento ao acadêmico, porque nós tínhamos que fazer triagem desses documentos, então era um processo muito detalhado, ele tinha várias etapas, e a gente tinha um cuidado rigoroso para cumprir todas aquelas fases, porque era um edital, então qualquer aluno que ficasse de fora ele poderia acionar algum tipo de recurso para rever a sua documentação, enfim... Tinha que ser tudo muito detalhado o processo. A gente trabalhava com e-mails, tinha reunião, o nosso representante ia até a SED, ia para Florianópolis e participava das discussões porque tinha também, era aberto para mais instituições, não era só para a UNESC, né... Uma bolsa que ela é estadual, e então nós tínhamos sempre esta interlocução, era telefone, e-mail, reuniões eram presenciais ainda, nem era online (ENGEL, 2022).

Diante do exposto pela entrevistada, fica esclarecida a forma como se dava o processo de candidatura ao edital CEDIR, e que, tendo sido o projeto do curso aprovado pela SED para ser ofertado, era preciso fazer os trâmites internos. Para isso, é necessário elaborar

um edital direcionado aos alunos considerando todas as exigências legais e os processos necessários. Essa era a etapa seguinte à aprovação da instituição para a oferta do curso.

Também foi questionado sobre o papel do setor de Pós-Graduação *Lato Sensu* da UNESC em relação à divulgação e inscrição dos candidatos para as bolsas UNIEDU. Como a primeira entrevistada não passou por nenhum processo, não soube responder; já no caso da segunda coordenadora, ela explica que, no momento em que eles recebiam o edital do FUMDES para a especialização, eles precisavam trabalhar junto com as assessorias jurídica e financeira da UNESC para a elaboração do edital interno (ENGEL, 2022). Ela continua explicando que:

Aprovava o edital, após aprovado, nós notificávamos todos os nossos alunos, então a gente tinha ali um processo de comunicação que ele ia no e-mail, então nós mandávamos o edital, publicava, nós visitávamos as salas de aula, porque aos alunos eles tinham aulas... Tinham alunos que já estava cursando, e aí nós também fazíamos este processo de visita às salas de aula e informávamos sobre o edital. Aí o aluno acessava o edital e aí ele tinha que entregar toda a documentação. Ele tinha que fazer todo o processo com a central acadêmica, trazer todos os documentos, e ali tinha o pessoal que avaliava os critérios desse processo. Mas a gente fazia assim, eram os e-mails direcionados para os alunos e as visitas na sala de aula [...] (ENGEL, 2022).

Foi perguntado também como chegava a informação dos alunos contemplados, se a SED informava à secretaria da UNESC ou se a própria IES buscava as informações por meio dos editais e resultados publicados no site. Então, a ex-coordenadora responde que havia fases do processo, e que o aluno recebia a mensagem de que a inscrição teria sido homologada, mas que eles também tinham acesso pelo site. No entanto, ela acrescenta que a SED também comunicava, pois existia comunicação direta com a secretaria (ENGEL, 2022).

Ressaltamos que, até este momento da pesquisa e das entrevistas, ainda não se tinha a clareza da existência das duas modalidades de editais. Por isso houve o questionamento sobre como chegava a informação do aluno contemplado, pois, antes da entrevista com a coordenadora que havia vivenciado os trâmites do edital CEDIR, só se tinha o entendimento do edital via chamada pública.

Para fim de confirmação dos dados já apresentados sobre o direcionamento da SED em relação às temáticas e cidades, foram feitos os questionamentos: havia alguma área específica na distribuição das bolsas ou algum curso em especial que era contemplado mais do que outro? Se sim, há alguma razão para tal curso se destacar? Ela responde que:

O edital já vinha com as diretrizes da área, e a instituição ela tinha que montar uma proposta de curso. Ela tinha que apresentar... Então esse curso de Fundamentos e Organização Curricular e Educação e Diversidade foram temas que nós tivemos que propor alinhados ao edital. Então não era pegar um curso que a gente tivesse né, e colocar ali, inclusive, tinham alunos que era um drama para nós... tinham alunos já matriculados, em cursos, que deixavam o curso, os cursos baixavam o ponto de equilíbrio, porque eles trancavam aqueles cursos que eles estavam fazendo para acessar esse que recebia bolsa 100%, então, às vezes era uma área que... O governo ele determina às áreas, assim, onde ele via mais necessidade, então a gente fazia o projeto, claro... olhando para o edital, né... O que o edital colocava, as condições dos temas, e a gente ia adequando também, mas a gente tinha muitas vezes, esse, por exemplo, de Fundamentos e Organização Curricular, vou dizer assim, ele abalou o nosso curso de Coordenação e Gestão Escolar, porque assim, era um curso tradicional que a gente tinha turma em andamento e que quando entrou esse, foi lá e... Aí a gente... ok! Não podíamos impedir isso do aluno, porque não tem nada que diga que ele não possa trocar né? Mas eu lembro que pra nós foi bem difícil, nós fazíamos os projetos de acordo com as especificidades do edital. Eu acho... Não tenho certeza, mas acho que já saiu algo das engenharias... Não é da minha época, mas vem das diretrizes daquilo que você precisa formar (ENGEL, 2022).

Fica identificado que a IES precisa montar o projeto de curso conforme o edital CEDIR. Assim, diante das especificidades exigidas pela SED, eram elaboradas as propostas segundo as diretrizes daquilo que o estado de SC dava. Percebe-se também que o relato da entrevistada vai ao encontro das respostas obtidas no primeiro objetivo específico. Os editais CEDIR admitem o direcionamento do estado conforme necessidade de desenvolvimento. E também, após entrevista com o deputado, confirma-se a intenção do estado em direcionar o FUMDES da *lato sensu* preferencialmente para a área da educação.

### 3.3 ENTENDENDO O *HABITUS* E OS EFEITOS SOCIAL, CULTURAL E ECONÔMICO DOS EGRESSOS FUMDES

Para os dois próximos objetivos – analisar os efeitos social, cultural e econômico na vida dos estudantes contemplados com o FUMDES, e entender os *habitus* pessoais que motivam os estudantes a cursarem a pós-graduação *lato sensu* da UNESC –, foram feitas entrevistas com cinco egressos dos cursos de 2014 e 2018. Dois dos alunos entrevistados foram da turma de 2014, Educação, Diversidade e Redes de Proteção Social, e os outros três foram da turma de 2018, Especialização em Fundamentos e Organização Curricular.

Para assimilação, as turmas serão identificadas como T1, curso de 2014, e como T2, curso de 2018. Os alunos serão identificados como E (egressos), acrescidos da turma (T1 e T2). Dessa forma, haverá: E1 e E2 da T1 e E1, E2 e E3 da T2.

Nas entrevistas, a fim de entender o *habitus*, foi questionado sobre a relação dos alunos com os estudos durante a vida. Conforme já visto, o *habitus*, na perspectiva de

Bourdieu (2011), refere-se a uma postura pessoal acionada, inconsciente ou conscientemente, para agir nas práticas diárias. Assim, as pessoas reproduzem padrões como uma pré-disposição já incorporada.

Partindo desse sistema de orientação dos sujeitos, a intenção do questionamento era perceber de que forma o *habitus* influenciou na tomada de decisão e na escolha de cursar uma especialização. Um aspecto comum identificado em todos os entrevistados foi o de que a pós-graduação *lato sensu* cursada com a bolsa FUMDES não era a primeira especialização de nenhum deles. Ou seja, todos estavam cursando não pela titulação, mas, sim, pela oportunidade de aprendizado que o curso poderia oferecer. Por isso, nas falas, apareceram diferentes intenções com a formação proposta. Como exemplo, tem-se a resposta da primeira egressa entrevistada da turma de Educação, Diversidade e Redes de Proteção Social:

Esta pós graduação, ela me chamou muito a atenção porque na época eu trabalhava na área da saúde mental, eu trabalhava no NUPREVIPS - Núcleo Prevenção das Violências, então, quando eu fui trabalhar no NUPREVIPS, eu me deparei muito, muito mais, porque eu já trabalhava no CAPS estas questões, mas muito mais no NUPREVIPS a questão do gênero, do social, da educação, porque a gente trabalhava a educação continuada nas escolas, na prevenção das violências, então eu vi o edital aberto, eu fiquei muito interessada com as temáticas que casavam diretamente com o público-alvo que eu atendia na época (E1T1, 2022).

Outro egresso que também já tinha cursado uma pós-graduação ressalta que: “Me graduei em 2003 em História, fiz uma pós-graduação em 2004/2005, em História Cultural e Social [...] depois em 2014, eu iniciei essa pós” (E2T1, 2022). Por isso, considerando esse *habitus* incorporado, percebeu-se que, coincidentemente, essa escolha não se deu pelo título, mas pela oportunidade de agregar conhecimento.

Nas próximas falas, também é notável a mesma intenção:

Sou uma pessoa que sempre tive interesse em estudos. Surgiu a oportunidade de eu fazer com bolsa, então eu fiz. Se não tivesse a bolsa, talvez eu não faria por questões financeiras mesmo, mas não por falta de interesse. Então, interesse em fazer eu tinha, sempre tive, várias... Eu já tinha feito outra especialização antes. Tenho interesse em fazer mestrado, não sei se vou conseguir agora [...] (E3T2).

Em entrevista com outra egressa, também é perceptível que algo além do diploma era importante: “Eu até cheguei a fazer uma pós a distância, antes da Organização Curricular, eu fiz a pós, agregou conhecimento, porque sempre agrega, mas assim, me faltava algo, assim... me faltava, eu sentia falta” (E1T2, 2022).

Outra egressa observa que (E2T2, 2022):

Olha... eu sempre fui uma aluna que gostava de estudar, sempre, desde criança eu tinha vontade de ser professora, e eu consegui realizar! Daí terminei o segundo grau, no outro ano já comecei a pedagogia, daí eu já tinha feito uma pós a distância, mas queria fazer uma na UNESC. Daí quando surgiu essa oportunidade, eu fiz a inscrição, daí deu certo, que eu estava como segundo professor no estado, que era requisito, ser professor da educação básica e de escola pública, onde eu fui selecionada, daí fiz a pós na UNESC.

Dessa forma, o *habitus* é um sistema de disposições, como se fosse um instrumento permanente de construção de comportamentos. Cogitar novas possibilidades é sair do ciclo vicioso (BOURDIEU, 2019). Sobre isso, destaca-se a fala de um dos egressos, do curso de Educação, Diversidade e Redes de Proteção Social, que tem uma atuação presente na sociedade, intitulando-se “militante”. Ele diz: “Desde os anos 80, eu atuo com movimentos sociais, questão de negritude, direitos humanos, diversidade LGBTQIA+”. Em um dos momentos da entrevista, acrescenta:

E daí o que acontece... A comunidade negra, no estado, ou no Brasil como um todo, ela foi doutrinada e adestrada a não acreditar no seu potencial... a não sonhar com a universidade, porque era uma coisa distante. Então, eu que rompi, eu, enquanto indivíduo, rompi esse ciclo vicioso pra mim. Eu busco colocar “pilha”: “gente, primeiro semestre, nem que você fique ‘pendurado’ ali, mas daqui a pouco abrem as bolsas (E2T1, 2022).

Com essa fala, ele propunha reforçar a importância de uma política pública como o FUMDES, e que, em sua atuação político-social, ele contribui divulgando as informações sobre bolsas e oportunidades de estudo. Assim, como ele e sua família já se beneficiaram de recursos oriundos de políticas públicas e “quebraram” o ciclo mencionado, ele também busca incentivar outras pessoas a fazerem o mesmo percurso.

Ele também fala da escolha, que poderia ajudá-lo em sua atuação:

Daí eu penso o seguinte: tudo que vem ao encontro do que eu estou pesquisando aguça mais as minhas ferramentas para eu continuar minha atuação política, não partidária, junto aos movimentos sociais. Então eu praticamente não perco uma oportunidade, quando ela aparece, de estar aprimorando, aperfeiçoando os meus saberes... porque no cotidiano da minha militância política, eu estou sempre socializando isso, estou sempre... O meu aprendizado eu não guardo pra mim, meu aprendizado, eu costumo socializar com os meus pares de militância, as pessoas que

nos procuram, para palestra, eventos, ou mesmo uma assessoria político/jurídico em relação à questão de racismo (E2T1, 2022).

Também foi questionado aos egressos quantos anos após a formação na graduação a pós-graduação em questão foi cursada. E quem ou o que influenciou na tomada de decisão para cursar mais uma especialização, visto que todos os alunos interrogados estavam realizando o segundo ou terceiro curso nessa modalidade.

Quanto ao tempo, assim como houve egresso que cursou após 1 semestre da formação na graduação, mesmo sendo a segunda especialização, outros alunos cursaram após anos da conclusão: “Eu acabei a faculdade em 2007, então 10 anos... 10 anos depois. Eu já tinha feito uma outra especialização antes, esta, especificamente, foi 10 anos depois” (E3T2, 2022). “Foi depois de 7 ou 8 anos. Esta foi a minha terceira e última [...]. Eu tinha uma de saúde mental e tinha outra de terapia comunitária” (E1T1, 2022).

Na questão da tomada de decisão, todos apontaram o interesse em relação aos conhecimentos que poderiam agregar no trabalho e/ou a oportunidade de bolsa. Assim, uma das egressas expressa que: “Eu sempre quis muito voltar a estudar na UNESC. Quando surgiu essa oportunidade de fazer e ainda, né... não ser pago, ter oportunidade de bolsa, nossa, foi maravilhoso!” (E1T2). “Na verdade, oportunidade de trabalho, assim... promoção de carreira, essas coisas... Claro que conhecimento também” (E3T2, 2022). “Foi uma vontade minha, porque como eu queria fazer uma pós na UNESC [...] como eu fiz a Pedagogia na UNESC, queria fazer uma pós-graduação também... a presencial, né?” (E2T2, 2022).

Após os questionamentos já mencionados, as próximas questões feitas tratavam-se do fomento em si. Questionou-se, portanto, se os egressos, antes de concorrerem a essa bolsa, sabiam da possibilidade de receber bolsa para a pós-graduação *lato sensu*, e se hoje, após terem recebido o benefício, sabem a diferença entre um desconto ofertado pela IES e uma bolsa de estudo oriunda de uma política pública.

Quanto a saber sobre a existência de bolsa para a especialização, a maioria dos discentes não sabia, assim como menciona uma das alunas (E2T2, 2022): “Não, eu sabia que tinham descontos [...]”. Outra complementa que: “Em geral não. Eu sabia dessa especialização, eu sabia que tinha bolsa porque estava informado no e-mail, né? Mas eu não sabia que existia essa bolsa FUMDES, da existência desse tipo de bolsa antes dessa pós-graduação” (E3T2).

Da primeira turma, uma das entrevistadas (E1T1, 2022) não tinha conhecimento, falando que:

Eu só fui saber depois de ler o edital. O que me chamou a atenção foram as disciplinas, porque eu já estava querendo fazer a pós em metodologia, metodologia científica... para dar aula, e aí eu estava conversando para fazer uma graduação em filosofia, quando eu vi a possibilidade desta pós na UNESC, e que era do estado. A princípio, eu achava que era só de graça, depois que eu fiquei sabendo que a gente ia receber uma bolsa.

O outro egresso, por estar mais presente no ambiente universitário, e especificamente na UNESC, já tinha a informação (E2T1, 2022):

Sim, porque foi amplamente divulgado, esta questão que haveria disponibilidade de bolsas mediante pré-projeto e que esta bolsa teria... além da bolsa ser gratuita, teria ainda um pecúlio, um valor mensal a título de ajuda de custo. Isso foi tipo... se tivesse só a pós, sem a bolsa, eu também, gratuitamente, eu também faria. Mas juntando essa bolsa, que viabilizou eu e minha ex-companheira fazermos a pós juntos, com saberes que ninguém me tira nunca, porque isso é uma coisa que ninguém pode tomar de mim, aí é aquela coisa, isso viabilizou, foi bem interessante!

Sobre a diferença entre uma bolsa oriunda de políticas públicas e um desconto ofertado pela universidade, é possível identificar que, para alguns, depois de terem cursado uma especialização com bolsa proveniente de verbas estaduais, ficou muito claro, como se pode verificar na resposta da E1T1 (2022): “Com certeza! Porque eu sempre utilizei dos recursos públicos. Queria ter acessado a minha graduação na federal, mas não consegui, mas sempre me apreciou tudo que é do público”.

O aluno seguinte (E2T1, 2022), também da primeira turma, ressalta em sua fala:

Penso eu que o desconto oferecido pela universidade são recursos próprios da universidade que remaneja [...]. Já a bolsa pública é uma política de estado que busca viabilizar acadêmicos carentes ou acadêmicos que não teriam uma condição mais ampla de fazer uma graduação ou uma pós-graduação, então eles mobilizam uma política pública, viabilizando aumentar o nível de escolaridade da comunidade catarinense como um todo.

Em outra fala, uma egressa da turma de 2018, Fundamentos e Organização Curricular, demonstra perceber a importância do direcionamento do estado e a sua contribuição nesse processo:

Eu penso que, quando tem uma bolsa de uma política pública, uma bolsa do setor público, ela vem com o objetivo de ter uma contribuição para a sociedade. Isso tanto, no caso que eu era professora da rede pública, e eu acabei contribuindo, né... no conhecimento que eu tive, acabei contribuindo pra o processo do currículo lá da minha cidade (E3T2, 2022).

Outra pergunta, pensado na operacionalização dessa bolsa na IES, tratava-se da questão sobre como chegou a informação da possibilidade de concorrer a uma bolsa FUMDES para a especialização. Então, as falas sobre o questionamento foram: “Como eu trabalhava na UNESCO e eu sempre... a gente ficava muito de olho nos editais, porque eu sempre gostei de me capacitar, e aí como eu já estava interessada em fazer uma outra pós, de educação, eu sempre ficava de olho nos editais [...]. Eu soube pela UNESCO” (E1T1, 2022). “Alguém lá da UNESCO me mandou [...]. Lá na escola que eu trabalhava ninguém sabia. Ninguém sabia, as meninas que fizeram faculdade comigo também não sabiam... Não sei se é porque eu já tinha me inscrito outras vezes, meu nome ficou lá” (E1T2, 2022).

O vínculo entre as coordenações dos cursos de graduação e os professores com os alunos também foi importante para a chegada da informação, como é perceptível na fala de duas egressas: “Eu fiz pedagogia na UNESCO, daí a professora Gislene Camargo, ela compartilhou no Facebook. Eu acessei o site da UNESCO e fui pesquisar” (E2T2, 2022). “Eu recebi um e-mail da UNESCO, que eu cursei Matemática. Daí meu e-mail está lá, daí eu... o pessoal da coordenação manda e-mails assim. Eles mandaram e-mail dizendo que teria essa pós na UNESCO (E3T2, 2022).

Percebe-se, portanto, que a divulgação parte principalmente da IES que vai ofertar o curso ou das pessoas que ficam em busca das informações, como é visto na fala do seguinte egresso (E2T1, 2022):

É que o seguinte... eu sou “rato” da universidade desde os anos 2000, então mesmo os anos que eu não estava na graduação, eu estava na pós-graduação, e mesmo quando eu estava na pós-graduação, eu estava com projetos em parceria com a universidade. Seja “Por trás do tambor”, que é um projeto que nós aprovamos junto ao PIBIC, seja o projeto do “Maio Negro”, que desde 2002 ocorre na universidade, seja pelo projeto da rede Afroem, que é um projeto que nós temos um convênio com a universidade para trabalhar com a comunidade negra, em Criciúma, a questão do afro empreendedorismo, a partir de um núcleo que tem aí dentro, núcleo de empreendedorismo da UNESCO. Então eu estou sempre percorrendo isso aí.

Foi questionado também se, em caso de não ter recebido a bolsa FUMDES, haveria ainda intenção ou se os alunos dispunham de recurso para essa pós-graduação especificamente. Somente uma egressa respondeu que teria pago. As outras respostas foram:

“Naquela época, se eu não tivesse ganho, imagino que, no ano de 2018, eu não teria feito, porque eu estava trabalhando só meio período, não ia conseguir” (E2T2, 2022). “Vou falar a verdade, eu não teria feito. Eu não tinha condições no momento de fazer” (E3T2, 2022). “Eu e minha ex-companheira nos inscrevemos... Se não tivesse a bolsa, com certeza, somente um de nós estaria fazendo... ou eu ou ela [...]. A bolsa foi um elemento fundamental para que viabilizasse que nós dois tivéssemos acesso” (E2T1, 2022).

Além do recurso financeiro, também surgiram outras questões, como relata a E1, da turma de Fundamentos e Organização Curricular:

Olha... eu acho que eu não teria feito. Porque pelo nome... quando a gente se inscreveu, a gente não tinha noção do que a gente ia estudar, não ficou claro isto. Então se eu fosse fazer por escolha minha para pagar, eu pagaria outra que talvez eu já sei o que é... já sei o que eu vou estudar (E1T2, 2022).

Após as questões acima mencionadas, as últimas perguntas foram elaboradas em torno da percepção dos egressos acerca dos reflexos após cursarem a pós-graduação *lato sensu*. Direcionado a isso, perguntou-se se houve contribuição econômica, cultural e social. Da turma de 2014, Educação, Diversidade e Redes de Proteção Social, a primeira aluna responde que: “Contribuição econômica, não. Porque a gente recebia um valor, acho que era R\$300,00, R\$400,00 no máximo. Então, econômica, não, mas a contribuição foi de vida mesmo, uma leitura sobre a vida depois que eu terminei esta pós” (E1T1, 2022). O segundo aluno, da mesma turma, responde que:

Uma coisa é certa, como eu te falei anteriormente: o que a gente aprende ninguém mais tira de nós. Eu tenho umas facetas: eu trabalho como peça para tratores, sou gerente comercial, faço isso há muitas décadas, então é meu “ganha pão” principal, e eu atuo numa ONG, chamadas ACR, Anarquistas Contra o Racismo. E, através do curso que eu fiz, nós conseguimos viabilizar vários projetos. Na mesma época que eu comecei a pós lá, nós aprovamos, não diretamente fruto da pós, mas em conjunto ali, né? Aprovamos um projeto lá em Recife, no fundo Baobá, em parceria com a Universidade de São Carlos, a UFSCar, no Instituto Unibanco, para trabalhar com a educação afro em sala de aula numa escola aqui em Criciúma durante um ano. Os saberes que eu acessei, as trocas que eu participei, me ajudaram muito a elaborar esse projeto, depois aprovamos outros projetos, ele deu uma impulsionada na questão da ONG, por conta que são saberes novos que eu injetei também nos nossos pares, né? Então veio ao encontro com uma demanda assim, e serve até hoje, porque eu estou muito constante assim: dou formações, cursos, palestras, oficinas, debates, viagem e tal... Eu estou sempre pegando aqueles saberes e utilizando-os, né? Então, não digo que foi o antes e depois, mas veio ao encontro e ajudou bastante (E2T1, 2022).

Desse modo, são evidentes as mais diversas contribuições após o término da especialização, desde a soma cultural e de vida, como cita a primeira aluna, até a melhora na entrega de atuação para a sociedade, como foi o caso do egresso acima, em sua atividade na ONG e nos demais projetos sociais de que participa, conseguindo agregar novos saberes que o ajudaram em sua trajetória profissional e pessoal.

Para as egressas da segunda turma, de 2018, Fundamento e Organização Curricular, as respostas foram:

Para mim, foi uma superação, questão pessoal e de conhecimento mesmo. Porque o que a gente aprendeu lá, o que a gente estudou foi muito, muito importante depois. Porque hoje, o município, ele já está... já pegaram aquela BNCC, já fizeram... adaptaram para uma municipal. Então tudo isso, pra gente, aquelas questões de habilidade, competência... tudo aquilo que a gente estudou lá... para mim, isso é muito mais claro, de uma professora que não teve a base que a gente teve, então o profissional muito assim, questão isso, de planejamento (E1T2, 2022).

A contribuição na vida profissional de todas as três egressas da turma de 2018 como professoras é perceptível. A segunda aluna entrevistada fala desse desenvolvimento e também sobre o reflexo econômico, visto que os conhecimentos da especialização ajudaram a passar em concurso, proporcionando a ela, depois de estágio probatório, uma melhora financeira:

Sim, essa pós ampliou ainda mais o meu conhecimento, principalmente porque foi uma pós que a gente estudou... aprofundou bastante conhecimento sobre a BNCC, o currículo ali do território catarinense, então ampliou onde até hoje, pra nós, pra gente fazer o planejamento, precisa se basear na BNCC. Essa pós contribuiu e muito na minha formação. Em relação à econômica, hoje, graças a Deus, esse ano eu consegui me efetivar. Então né... depois que a gente passa no estágio probatório, já vou conseguir colocar a pós-graduação, vai ser... Vou aumentar um pouco o salário né? (E2T2, 2022).

A última entrevistada descreve as amizades que fez e a mudança sobre sua percepção de mundo e de vida:

Para a minha vida pessoal, mudou bastante coisa, influenciou bastante. Na vida... carreira em si não muito, é... financeiramente falando, não teve nenhum incremento na minha carreira, mas, na minha forma de pensar a minha atuação como professora, mudou bastante, a forma de pensar a minha atuação na sociedade também. Eu tive contato com colegas novos assim né, pessoas com visões de mundo diferentes, eu

acho que isso é uma vantagem de ter uma, fazer uma aula presencial em uma universidade, tu mantém contato com pessoas diferentes da tua bolha que tu vive assim, e teve amizades novas, eu acabei participando de outras coisas depois, por causa de algumas pessoas que eu conheci lá, com algumas pessoas que eu conheci lá... Então da minha vida, no meu ponto de vista, na maneira como eu vejo o mundo, como eu vejo a minha atuação como professora, mudou... Não na minha carreira, no sentido financeiro. Não mudou porque na... o meu plano de carreira ele só sobe até a especialização, eu já tinha feito uma então já tinha crescido no topo do patamar. Assim, pro meu plano de carreira, não fez diferença assim... financeiramente falando, como eu falei... na forma como eu atuo na sala de aula, como eu vejo a educação, mudou bastante (E3T2, 2022).

As três alunas egressas da turma de 2018 são professoras da rede municipal em cidades diferentes de SC. Perante as falas, foi possível identificar a melhora na atuação profissional, não financeiramente, mas na prática da docência, no que envolve o planejamento das aulas, visto o maior conhecimento sobre a BNCC e a organização dos currículos. Outra questão importante, que será mencionada à frente, foi a colaboração com os colegas de trabalho nas escolas, na socialização dos saberes adquiridos na especialização.

Além das respostas diretamente relacionadas às perguntas feitas nas entrevistas, surgiram questões importantes que valem a pena ser relatadas, como a que aparece na fala da E1T1 (2022), do curso de Educação, Diversidade e Redes de Proteção Social:

Foi a única pós na UNESC que acrescentou na minha vida. Porque as temáticas foram muito atuais e pertinentes [...]. Então a gente teve estes diálogos na pós, do ECA, dos direitos da criança e do adolescente... é então tudo, me ampliou, isso ressoa até hoje na minha clínica, hoje eu olho o sujeito que me busca com olhar amplo, diverso. Olhar o sujeito de um modo diferenciado: a empatia, a alteridade, o diferente de mim, a questão dos direitos, deveres do cidadão.

As contribuições são claras, percebendo-se também a superação de desafios e contradições para a permanência no ensino superior. A opressão cultural, como já mencionada nas teorias de Pierre Bourdieu (2019), vão além dos aspectos sobre oportunidade, perpassando as condições sociais e financeiras. Isso é notado nas falas de dois dos entrevistados:

Então quando apareceu esta oportunidade... na verdade, na época, eu estava com a minha companheira, nossa filhota tinha 5 anos, ela nasceu em 2009, daí nós dois tínhamos interesse, eu e minha ex-companheira, daí nós combinamos assim: vamos fazer nós dois a inscrição, tinha um pré-projeto, e quem passar, o outro fica com a baby no final de semana né? Passamos os dois, mas como tinha a bolsa, ficou muito fácil pedir para uma colaboradora, nos sábados durante o dia, que era a cada 15 dias, poder ficar com a [...], enquanto nós dois estávamos aí, e a [...], que era pequenininha, tinha 4/5 anos, muitas vezes foi conosco (E2T1, 2022).

Outra aluna também compartilha as dificuldades e superações:

Primeiro que foi uma grande superação assim, terminar essa pós, porque era uma pós muito extensa... era na sexta à noite e sábado o dia inteiro, de 15 em 15 dias. Então eu tenho hoje um filho de 7 anos, na época acho que ele tinha 5 ou 4. Então assim, eu trabalhava a semana inteira, chegava sexta-feira ia para lá... sábado. Então eu só tinha o domingo né. Para mim, foi uma superação, questão pessoal, e de conhecimento mesmo. Porque o que a gente aprendeu lá, o que a gente estudou foi muito, muito importante depois (E1T2, 2022).

Ainda acrescenta que: “Tanto que eu me inscrevi, [...] na primeira classificação, meu nome não constava, como eu iria entrar para ganhar bolsa, daí depois teve uma segunda classificação, com outro requisito lá que eu não lembro na época o que era. Nesse eu consegui entrar” (E1T2, 2022).

Com isso, após as entrevistas, a análise e a interpretação das respostas, fica evidente que uma política pública em forma de bolsa de estudo contribui para a formação integral do indivíduo, refletindo, portanto, em sua vida pessoal, cultural e financeira. Também permite, na medida em que oportuniza maior participação de pessoas no âmbito universitário, ampliar as discussões pertinentes à sociedade que provocam o desenvolvimento.

### 3.4 E O DESENVOLVIMENTO?

Para fechar e refletir sobre o reflexo desta política pública frente ao desenvolvimento do estado de SC, juntam-se a experiência dos egressos e a entrevista com o deputado federal, o qual fez o direcionamento do projeto de lei que regulamentou os art. 170 e 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina durante os mandatos como deputado estadual nos anos de 1997 a 2000 e 2007 a 2010.

Em sua entrevista, o deputado relata que o artigo 170 da Constituição do Estado de SC é destinado a bolsas de estudo para a graduação, e sua fonte de fomento vem da própria educação. Segundo ele mesmo diz: “O 170 que eu propus em forma de bolsa para a graduação, e hoje aí tem mais de 500 mil bolsas já distribuídas ao longo do tempo, e o art. 171, que estava composto na Constituição, mas era lei morta, sem regulamentação, nós pensamos outro caminho” (UCZAI, 2022).

Na fala de uma das egressas entrevistadas, aparece também a importância do art. 170, bem como o entendimento de que o profissional beneficiado contribuirá para a sociedade:

Quando eu fiz a faculdade, eu também ganhei bolsa, bolsa do... aquela bolsa estadual também, do art. 170, então eu penso assim, quando o setor público oferece educação gratuita, ou parcialmente, que seja, é com objetivo de que aquela pessoa, se formando, ela vai ter uma contribuição para a sociedade com a sua profissão (E3T2, 2022).

Quando questionado ao deputado sobre quem esteve à frente do debate da regulamentação, no intuito de entender se houve pressões estudantis ou outros protagonistas para que hoje se dispusesse desse fundo, ele responde que foi iniciativa própria: “Fui eu quem propus o art. 171, propus a regulamentação, depois tiveram vários empecilhos, problemas para a regulamentação, e nós regulamentamos em 2008” (UCZAI, 2022). E complementa que:

A partir daí, tem um histórico de pouca aplicação, pouco investimento, mas chega agora, em 2021/2022, acredito que é a melhor quantidade de recursos investidos, porque já está dando resultados dos incentivos fiscais que estão retornando para o governo, e aí quando vai retornando, 2% vai pro art. 171 (UCZAI, 2022).

Ele também fala como foi o caminho percorrido para que o artigo 171 fosse regulamentado e, portanto, direcionado também para a educação, mas agora em outra proposta:

O primeiro outro caminho era para formação superior, não da graduação, mas de pós-graduação, então se o 170 é para a graduação, o 171 que seja para pós-graduação, esse é o primeiro passo. Lá depois da aprovação, depois que transformou-se em lei, que a secretaria de educação, por ato discricionário, pela própria secretaria, ela tomou a decisão de apoiar bolsa de estudo para a pós-graduação para formação de professores, e eu nunca me opus, eu achei que era meritório, e se tu não tem dinheiro para todos, mas que tenha então para a pós-graduação para formar professores, educadores para a rede estadual, rede municipal ou para a carreira de algum professor que poderá chegar até a universidade. Mas cursos de pós-graduação, ou mestrado e doutorado pudesse ter apoio do artigo 171. Então, casou a nossa regulamentação do artigo 171 com uma possibilidade de o governo do estado de utilizar a lei e direcionar o recurso das bolsas de pós-graduação para a formação de professores, esse é o primeiro eixo (UCZAI, 2022).

Sobre o segundo momento e eixo das razões do artigo 171, Pedro aborda o que diz respeito à fonte dos recursos financeiros que seriam direcionados a essa lei:

Se é um ato do governo manter os incentivos fiscais, então que pelo menos 2%, quando as empresas devolvem partes dos incentivos, que seja destinado para ensino superior, para a pós-graduação. Então, a gente acabou regulamentando em 2% para uma área que, para nós, é estratégica, o ensino superior, a pós-graduação (UCZAI, 2022).

O terceiro ponto relatado por ele é acerca da natureza dos recursos, que é diferente nos art. 170 e 171: “A natureza do art. 171, ele tem a origem dos recursos, é diferente, é de incentivos fiscais, portanto é de outra fonte do governo que transforma em incentivos fiscais e depois devolve 2% para apoiar bolsa de estudo do ensino superior” (UCZAI, 2022). Quanto às distribuições das bolsas para as IES, também há diferença entre os dois artigos, conforme explica:

O art. 171 tem como base de distribuição não 90% para as universidades comunitárias e 10% para as privadas, mas é pro conjunto dos cursos de pós-graduação do ensino superior em SC, porque nós não conseguimos, na correlação de força, manter o que eu defendi lá no art. 170 [...]. Já no art. 171, por ser recurso de incentivo fiscal, por ser recurso não da educação diretamente, acabamos generalizando que o art. 171 pudesse ser distribuído pro conjunto dos cursos de pós-graduação oferecidos em SC, essa é a segunda diferença em relação ao art. 170 (UCZAI, 2022).

É interessante observar a exposição de Uczai (2022) sobre o processo que o levou a levantar a bandeira do FUMDES, destinando 20% da arrecadação do fundo para as pós-graduações *stricto* e *lato sensu*:

Ali foi um debate da condição da época, que era atender *lato sensu*, porque era um dos espaços de formação da grande parte da juventude catarinense, porque no Brasil não tem bolsa para a *lato sensu*. Tem CNPQ para mestrado e doutorado [...], mas eu não vi nenhum, na época, de pós-graduação *lato sensu*. Então como eu venho da universidade, eu vim de experiências de pró-reitor de pesquisa e extensão que eu renunciei para ser deputado estadual, então convivia com o sistema universitário, convivia com o sistema ACADEMIA, e acho que as minhas condições de professor e pró-reitor de pesquisa e extensão e pós-graduação podem ter ajudado a criar este ambiente e essa proposição de contemplar pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, que aí foi uma conquista que acho que nenhum estado da confederação tem essa conquista. Como o próprio art. 170 é protagonista com uma bolsa desta natureza.

Outra diferença que o deputado lembra é que, por meio do artigo 171, a UDESC foi contemplada com 10%: “Eu fiz questão de defender, porque nós estávamos... eu tinha deixado, não muito tempo, de ser prefeito de Chapecó e ter conquistado a UDESC em Chapecó e em Pinhalzinho e lá em Palmitos, e nós tínhamos entendimento que a UDESC tinha que expandir” (UCZAI, 2022). Portanto, os recursos financeiros desse fundo são destinados tanto à pós-graduação *stricto* e *lato sensu*, como à UDESC, que é uma IES pública estadual.

Por último, foi perguntado ao deputado sobre a distribuição específica para alguma área do conhecimento e qual a razão dessa área se destacar. Como já identificada a área da educação, ele ressalta que: “Foi uma decisão política, e acredito que foi acertada, na

medida em que tinha demanda de formação de professores” (UCZAI, 2022). Ele acrescenta que:

O próprio Plano Nacional de Educação de 2014 colocou as demandas de ampliação de formação de professores de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado, como meta do Plano Nacional de Educação, que deu, como consequência, o Plano Estadual de Educação em 2015 e os planos municipais. Então este horizonte se colocou como metas, e quando a secretaria toma a decisão, ela pretende qualificar em grande parte a rede estadual, os professores da rede estadual, então acho que, para mim, na discussão da época, da minha memória, essa foi a decisão política, e eu acredito que foi acertada (UCZAI, 2022).

Na fala de uma das egressas da segunda turma, Fundamento e Organização Curricular, professora da rede municipal de Criciúma, a mesma questão aparece:

Tanto que a nossa pós era uma pós muito prática de organização curricular que tinha muito a questão da BNCC, que é o que estava na época muito em alta, que as pessoas não sabiam o que que era, os professores estavam perdidos, então foi uma forma assim de multiplicar o conhecimento (E1T2, 2022).

Outra fala que surgiu e reforça a intenção acertada do estado de SC é:

Lembro que, quando eu estava cursando, a gente tinha que fazer como se fosse umas oficinas. A gente tinha que dar curso para outros professores, então os outros professores faziam a inscrição, a gente ministrava o curso... e até na escola também, porque a gente ensinava também os alfanuméricos da BNCC, porque como a BNCC era algo novo, esses profissionais que estavam formados, às vezes há muitos anos, também, querendo ou não, ficam acomodados, eu explicava também (E2T2, 2022).

No momento em que cursou a pós-graduação, a E2T2 (2022) era professora ACT no estado de SC. Então, essas oficinas mencionadas por ela foram ministradas para a própria rede estadual. Após o término, a entrevistada passou em um concurso, atuando como professora efetiva na rede municipal da cidade de Santa Rosa do Sul.

Ainda sobre a mesma pós-graduação em Fundamentos e Organização Curricular, a terceira professora entrevistada disse que, apesar da especialização não ter contribuído para mudança de cargo, ela pôde colaborar com a organização do currículo de matemática da sua cidade, o município de Içara:

Eu participei como ministrante, como organizadora da parte do currículo de matemática da minha cidade, assim... como uma das. E isso até foi influência da pós-graduação, porque daí a minha coordenadora da escola, ela foi a minha orientadora, daí ela já deu meu nome lá para fazer isso. Não porque a prefeitura soubesse ou... foi por assim, ou porque alguém falou: “Ah... ela está fazendo isso, tal, tal, tal... acho que vai ser bom”. Mas foi só aquilo ali, não teve nada diferente assim, não teve uma mudança de cargo, nem nada disso (E3T2, 2022).

Portanto, as três egressas do curso de 2018, Especialização em Fundamentos e Organização Curricular, são professoras efetivas da rede municipal. A primeira na cidade de Criciúma, a segunda em Santa Rosa do Sul e a terceira no município de Içara. Esse atual contexto reforça, portanto, que o direcionamento feito, conforme prioridades e áreas do conhecimento, contribui para o desenvolvimento de SC.

Com isso, fica evidente que o FUMDES favorece o progresso do estado de Santa Catarina na medida em que direciona os editais CEDIR para as regiões que precisam de investimento, bem como para áreas de formação que demandam maior aporte. No entanto, embora os editais sejam preferencialmente direcionados aos cursos das áreas de educação, foram localizados, no edital CEDIR de 2014, cursos voltados à área da saúde, especificamente para as cidades de Caçador e Joaçaba, no oeste de SC, e Lages e São Joaquim, na serra catarinense.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação superior é uma modalidade de ensino ainda considerada privilegiada no Brasil. Ter acesso a uma graduação e continuar se aperfeiçoando para o mercado de trabalho é uma escolha daqueles que pretendem, por meio de uma pós-graduação *lato sensu*, manter a educação continuada, a fim de tornarem-se mais qualificados.

Por isso, trazendo a discussão sobre as dificuldades encontradas pelos brasileiros na trajetória que vai da entrada no ensino superior à sua permanência nele, foi possível analisar e discutir a importância de uma política pública voltada à pós-graduação.

O fundo proposto pelo deputado, garantiu, e ainda garante, a muitos catarinenses cursarem a graduação ou mesmo a pós-graduação com bolsa. Sua aposta foi ousada e acertada, pois os recursos destinados pelo estado de SC para as empresas que recebem incentivo fiscal ou financeiro são devolvidos aos cofres públicos com a obrigação de recolhimento de 2% e 1% para o FUMDES. As organizações que contratam pesquisa com órgãos mantidos pela administração do estado devem recolher 1%; para aquelas que recebem incentivo fiscal ou financeiro, a porcentagem passa a ser de 2%.

Além de destinar os valores às modalidades já citadas, o FUMDES também contribui com 10% da arrecadação para a UDESC, para a implantação ou ampliação de *campi*. Ou seja, ele é atribuído a uma outra política pública, vinculada à universidade pública estadual.

Assim, o estado de SC retroalimenta o desenvolvimento quando investe o valor do fundo em bolsas de estudo, contemplando catarinenses que posteriormente desenvolverão competências para o mercado de trabalho. Portanto, cumpre-se a finalidade do fundo, que é o desenvolvimento econômico, social e das potencialidades regionais por meio da concessão de bolsas em nível de especialização, mestrado e doutorado como forma de contribuir para o fortalecimento das IES atendidas.

Considerando os resultados da pesquisa, quando proposto o objetivo específico de analisar os editais do FUMDES/UNIEDU, não se tinha o conhecimento de que havia duas modalidades de editais. Somente após as leituras, os questionamentos, a resposta da SED no e-mail e a entrevista com a ex-coordenadora de pós-graduação da UNESC, Elenice Engel, soube-se que existiam dois tipos de editais, o CEDIR, para o cadastramento das IES, e o de chamada pública, direcionado aos alunos que estiverem cursando a especialização.

Para a compreensão de como é feita a gestão dessa política pública, as entrevistas com as coordenadoras, a leitura dos editais e as respostas dos egressos confirmam a aplicação

e o cumprimento dos dispositivos da legislação. Sobre a escolha dos estudantes, os requisitos fundamentais são: ter cursado o ensino médio em escola pública ou privada com bolsa e estar morando em SC há, no mínimo, dois anos.

Em relação aos efeitos social, cultural e econômico na vida dos estudantes, observa-se uma significativa percepção dos próprios egressos acerca de aspectos sociais e saberes agregados. No que diz respeito ao âmbito econômico, constata-se que há pouco reflexo, visto que todos os entrevistados, coincidentemente, não estavam cursando a primeira especialização. No entanto, uma entrevistada disse que possivelmente os conhecimentos adquiridos no curso ajudaram-na a passar no concurso em que se efetivou há pouco tempo. Os demais já eram efetivos ou tinham outros trabalhos que não foram influenciados pela titulação, mas, sim, pela contribuição das competências que a formação proporcionou.

Quando se pretendeu compreender, a partir da pesquisa, os *habitus* incorporados que motivaram os estudantes a cursarem a pós-graduação *lato sensu*, o intuito era identificar as crenças, os costumes ou a valorização pessoal/familiar em relação aos estudos e à progressão no trabalho com a capacitação profissional, ou seja, por mérito. Surpreendentemente, todos já possuíam uma ou duas especializações, o que, de fato, confirma a valorização do estudo na vida dessas pessoas.

Elas foram questionadas a respeito da relação com os estudos durante a vida, e todos afirmaram ter muito apreço pela educação. Somente um entrevistado relatou que, durante um tempo, por conta da sua atuação como militante, reprendia a educação formal, porém admitiu que “quebrou barreiras” familiares e de crenças sobre a incapacidade de estar em uma universidade, e que atualmente ajuda outras pessoas a buscarem também esse caminho.

A fala desse entrevistado confirma o que Pierre Bourdieu aponta em sua teoria das estruturas estruturantes, ou seja, que o *habitus* incorporado acaba influenciando na tomada de decisão, pois, como um agir sem pensar, o sujeito reproduz aquilo que está em sua volta. Como há pessoas inseridas em meios sociais e familiares distantes dos campos formais acadêmicos, a universidade passa a ser uma utopia, e o indivíduo conforma-se em não tentar mudar a sua realidade.

Por fim, quanto a relevância do FUMDES e a sua contribuição para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina, foi reconhecida, em todas as entrevistas feitas, a importância dessa bolsa. Assim, considerando as finalidades do fundo, os reflexos sentidos pelos egressos, apresentados em suas falas, confirmam que, ao direcionar a especialização para áreas de prioridade, conforme indicação do Conselho de Desenvolvimento Regional e

definidas por comissão *ad hoc*, o estado tem conseguido atingir as finalidades dessa lei complementar.

Em relação ao que fica em aberto, admite-se que a pesquisa ainda não foi esgotada. Destaca-se a necessidade de se ampliar o estudo no que diz respeito a entrevistas com egressos de editais via chamada pública, para perceber as contribuições da bolsa. Outro ponto interessante seria buscar compreender o *habitus* em egressos de graduação que ainda não cursaram uma especialização para entender os seus motivos, ou mesmo identificar pós-graduandos que estejam cursando a primeira especialização com a bolsa FUMDES, tendo em vista apontar a contribuição econômica e na projeção de carreira que pode haver.

## REFERÊNCIAS

- ACAFE. **Associação Catarinense das Fundações Educacionais**. Disponível em: <https://acafe.org.br>. Acesso em: 24 jun. 2022.
- AGUIAR, L. C. A interiorização da educação superior no estado de Santa Catarina: a ideia de universidade como discurso de desenvolvimento. **Revista HISTEDBR on-line**, n. 55, p. 213-230. Campinas: mar. 2014.
- ALFREDO, C. B.; GIANEZINI, K. Sociedade e políticas públicas: o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES), em Santa Catarina (SC). **I Jornada Nacional de Desenvolvimento e Políticas Públicas. V Seminário de Ciências Sociais Aplicadas**. 31 de maio a 01 de junho de 2016. (Resumo). Criciúma: UNESC, 2016.
- ATLAS, S. C. **Atlas de Santa Catarina**. 2 ed. Florianópolis: Letras Brasileira, 2008.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BITENCOURT, J. B. **UNESC: a trajetória de uma universidade comunitária**. Criciúma/SC: UNESC, 2011.
- BOURDIEU, P. A dominação. In: **Pierre Bourdieu: uma sociologia ambiciosa da educação**. VALLE, I. R.; SOULIÉ, C. S. (Orgs). Florianópolis: UFSC, 2019.
- BOURDIEU, P. **Escritos da educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R.; FERNÁNDEZ, F. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983.
- BOURDIEU, P. O campo econômico. **Política & Sociedade**, v. 4, n. 6, p. 15-57. Florianópolis, abr./2005.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, 4. ed.
- BOURDIEU, P. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. **Escritos de educação**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- BRASILEIRA, H. **História de Santa Catarina**. Disponível em: <http://www.historiabrasileira.com/estados/historia-de-santa-catarina/>. Acesso em: 7 jun. 2021.
- BROTTO, M. E.; KLEIN, A.; ARAÚJO, E. T. Gestão social e avaliação de políticas sociais: abordagens e perspectivas. **O social em questão – Ano XIX**, n. 36, p. 9-18. Rio de Janeiro, 2016.
- CANÇADO, A. C.; TENORIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Caderno EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, p. 681–703. Rio de Janeiro, set. 2011.

CNPQ. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**. Disponível em: <http://www.cnpq.br/pibic>. Acesso em: 8 jun. 2021.

CAPES. **Portal de periódicos CAPES**. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: 8 jun. 2021.

CARNEIRO, L. A. V.; BRIDI, F. R. de S. Políticas Públicas de ensino superior no Brasil: um olhar sobre o acesso e a inclusão social. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. 1, p. 146-158, jan./mar. 2020.

CATARINA, G. S. **Governo do Estado de Santa Catarina - História**. Disponível em: <http://www.sc.gov.br/index.php/conhecasc/historia>. Acesso em: 8 jun. 2021.

CATARINA, G. S. **Governo do Estado de Santa Catarina - História**. Disponível em: [http:// http://turismo.sc.gov.br/o-estado/](http://http://turismo.sc.gov.br/o-estado/) Acesso em: 3 out. 2021.

CHARLOT, B. Relação com o saber e com a escola entre estudantes de periferia. **Cad. Pesq.** N.97, p. 47-63. São Paulo: maio 1996.

CORBUCCI, P. R. **Desafios da Educação Superior e Desenvolvimento no Brasil**. 2007. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1887/1/TD\\_1287.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1887/1/TD_1287.pdf). Acesso em: 24 jun. 2020.

COVAC, F.; CAPELATO, R. A hora e a vez da pós-graduação *lato sensu*. **SEMESP**, ago. 2020. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/assessoria-educacional/noticias/a-hora-e-a-vez-da-pos-graduacao-lato-sensu/>. Acesso em: 02 maio 2021.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DIAS, A.; MENEGHEL, S. M. Os 20 anos do artigo 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina – o precursor das políticas de ações afirmativas na educação superior do Brasil. **Revista Perspectiva**, v. 39, n. 1, p. 01-17. Florianópolis, jan./mar. 2021.

DIAS, M. S. L. **Sentidos do trabalho e sua relação com o projeto de vida de universitários**. 2009. 272 f. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis/ SC, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106654>. Acesso em: 20 maio 2020.

FALEIROS, V. P. **O que é política social**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FERNANDES, B. P. M.; BERNI, D. de A. Os métodos da ciência. In: BERNI, D. de A.; FERNANDES, B. P. M. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa**. São Paulo: Saraiva, 2012.

FRANÇA FILHO, G. C. Gestão Social: um conceito em construção. **Anais... IX Colóquio Internacional Sobre Poder Local – II Colóquio Internacional El Analisis de las Organizaciones y la Gestión Estratégica: Perspectivas Latinas**. Salvador-Bahia, 16 a 18 de jun. de 2003.

FRANCISCO, A.; et al. A colaboração do segmento privado da educação superior na proposta de democratização do acesso: um estudo da perspectiva sul catarinense. **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**, v. 7, n. 1, janeiro de 2014, p. 79-105.

FREITAS, M. A. de O.; CUNHA, I. C. K. O. Pós-graduação *lato sensu*: retrospectiva histórica e política atual. **Anais...** XI Congresso Nacional de Educação - EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, PUCPR, 26 a 29 de out. de 2009.

FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

GIANEZINI, K. et al. Políticas públicas: definições, processos e constructos no século XXI. **Revista de Políticas Públicas**, v. 21, n. 2, p. 1065-1084, Maranhão, 2017.

GIANEZINI, K. et. al. A formação da carreira científica no âmbito de grupos de pesquisa: percepções e práticas de iniciação científica em um curso de direito. **Revista Holos**, p. 339-351, Rio Grande do Norte, jun. 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, M. T.; KAUCHAKJE, S.; MOREIRA T. A. Modalidades de gestão social no Brasil. **InSitu**, v. 1, n. 2, p. 131-154. São Paulo, 2015.

GOULARTI FILHO, A.; MORAES, F. F. de. Formação, expansão e desmonte parcial do completo carbonífero catarinense. **História & Perspectivas**, n. 40, p. 251-267, Uberlândia: jan. jun. 2009.

HAAS, C. M; LINHARES, M. Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil? **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**, 93, n. 235, p. 839-863, Brasília: 2012.

IANNI, O. A questão social. **Revista USP**. Cem anos de República, v. 3 p. 145-154. São Paulo, nov. 1989.

IGREJA, R. L. O direito como objeto de estudo empírico: o uso de métodos qualitativos no âmbito da pesquisa empírica em direito, p. 11-37. In: MACHADO, M. R. (Org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2017.

NOGUEIRA, M. A. **Bourdieu e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGEIRA, M. A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 78, abril, 2002.

OCDE. Avaliações de políticas nacionais de educação: estado de Santa Catarina, Brasil. OCDE ed. 2, 2010. Disponível em: <https://www.oecd.org/education/school/46390673.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2021.

PHILIPPI JR, A.; FERNANDES, V.; PACHECO, R. C. S. Interdisciplinaridade e institucionalização: reciprocidade e alteridade, p. 3-32. In: PHILIPPI JR, A.; FERNANDES, V.; PACHECO, R. C. S. (ed.). **Ensino, pesquisa e inovação**: desenvolvendo a interdisciplinaridade. Barueri, SP: Manole, 2017.

PIZZI, L. **O programa de apoio ao ensino superior no Estado de Santa Catarina, Brasil como política para o acesso à universidade e a inclusão social.** 2016. 69 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal, 2016.

RODRIGUES, A. de F. C.; OLIVEIRA, J. H. R. de; RODRIGUES, C. M. C. Indicadores de desempenho para cursos de pós-graduação *lato sensu* modalidade a distância. **Anais... XXIX Encontro Nacional de Engenharia de Produção.** A Engenharia de Produção e o Desenvolvimento Sustentável: Integrando tecnologia e Gestão. Salvador, 6 a 9 de out. de 2009.

SANTA CATARINA. **Constituição do Estado de Santa Catarina (1989).** Florianópolis: Assembleia Legislativa, 244 p.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar n. 281, de 20 de janeiro de 2005.** Regulamenta o art. 170, os arts. 46 a 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Estadual e estabelece outras providências. Florianópolis, 2005. Disponível em: [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2005/281\\_2005\\_lei\\_complementar.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2005/281_2005_lei_complementar.html). Acesso em: 4 fev. 2021.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar n. 407, de 25 de janeiro de 2008.** Regulamenta o art. 171 da Constituição do Estado e institui o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2008. Disponível em: [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2008/407\\_2008\\_lei\\_complementar.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2008/407_2008_lei_complementar.html). Acesso em: 4 fev. 2021.

SANTOS, B. de S. Da ideia de universidade a universidade de ideias. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 27/28, p. 11-62, jun., 1989.

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Poiésis Pedagógica**, v. 8, n. 2, p. 4-17, 2010.

SERPA, E. C. A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, v. 14, n. 20, p. 63-79. Florianópolis, 1996.

SETTON, M. da G. J. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Rev. Bras. Educ.**, n. 20, p. 60-70. Rio de Janeiro, ago./2002.

SILVA, P. T. M. da; GODOY, A. S. MBA – O que os alunos e ex-alunos pensam a respeito do curso realizado, seu aprendizado, e do impacto em suas carreiras. **Revista GUAL**, v. 9, n. 3, p. 292-314. Florianópolis, set. 2016.

SOBRINHO, J. D. Qualidade, permanência, relevância, responsabilidade social, bem público. **Avaliação**, v. 24, n. 01, p. 1-7. Campinas; Sorocaba: mar. 2019.

TAUIL, A.; MAINARDES, E. W. Escolha de cursos de pós-graduação *lato sensu* e os seus fatores determinantes. **Revista GUAL**, v. 8, n. 3, p. 219-239. Florianópolis, set. 2015.

TEIXEIRA, M. C. O direito à educação nas Constituições brasileiras. **Revista do Curso de Direito**, v. 5, n. 5, p. 146-168, 2008.

TENORIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, v. 32, n. 5, p. 7-23. Rio de Janeiro, set./out., 1998.

TIUJO, E. M.; SANTOS, B. G. dos. Vícios e virtudes nas políticas públicas de cotas educacionais: os obstáculos ao desenvolvimento humano com a chegada dos cotistas nas universidades públicas. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 21, n. 3, p. 279-310, set./dez. 2020.

UCZAI, P. **Matematicamente incorreto**. Chapecó: Argos, 2001.

UNESC. **Universidade do Extremo Sul Catarinense**. Disponível em: <https://www.unesc.net/portal/reitoria/sobre-a-unesc>. Acesso em: 24 jun. 2022.

UNIEDU. **Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina**. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br>. Acesso em: 1 out. 2020.

VALLE, I. R. A obra do sociólogo Pierre Bourdieu: uma irradiação incontestável. **Educação e Pesquisa**, FEUSP, v. 33, n. 1, p. 117-134. São Paulo, jan./abr., 2007.

WESTRUP, M. P. **Políticas Públicas e o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES): tensionamentos na pós-graduação stricto sensu**. 2018. 184 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – UNESC, Criciúma, 2018.

VOLPATO, G. Campo Científico, conhecimento e relações de poder na universidade: uma revisão a partir do pensamento relacional de Pierre Bourdieu. **Contrapontos**, v. 19, n. 1, p. 365-381. Itajaí, 2019.

WOLFF, C. S. Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. **Revista Santa Catarina em História** – UFSC, v. 1, n. 1. ISSN 1984-3968, p. 52-61. Florianópolis, 2009.

XAVIER, J. R. F. Algumas notas sobre a entrevista qualitativa de pesquisa. In: MACHADO, M. R. (Org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percurso de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, p. 226-370. Rio de Janeiro: maio/ago. 2006.

**APÊNDICE(S)**

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

**Título da Pesquisa:** O FUNDO DE APOIO À MANUTENÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (FUMDES) E A PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*: REFLEXÕES SOBRE O IMPACTO DESTA POLÍTICA PÚBLICA

**Objetivo:** compreender a contribuição da política pública estadual de Santa Catarina o FUMDES para a pós-graduação *lato sensu* e para os(as) estudantes contemplados.

**Período da coleta de dados:** 01/05/2022 a 01/07/2022

**Tempo estimado para cada coleta:** 30 minutos

**Local da coleta:** entrevistas online

**Orientadora:** Profa. Dra. Michele Gonçalves Cardoso

**Telefone:** (48) XXXX-XXXX

**Pesquisadora:** Aline Cardoso Mangili

**Telefone:** (48) XXXX-XXXX

PPGDS - Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico da UNESC

Como convidado(a) para participar voluntariamente da pesquisa acima intitulada e aceitando participar do estudo, declaro que: poderei desistir a qualquer momento, bastando informar minha decisão diretamente ao pesquisador responsável ou à pessoa que está efetuando a pesquisa. Por ser uma participação voluntária e sem interesse financeiro, não haverá nenhuma remuneração, bem como não terei despesas para com a mesma. No entanto, fui orientado(a) da garantia de ressarcimento de gastos relacionados ao estudo. Como prevê o item IV.3.g da Resolução CNS 466/2012, foi garantido a mim (participante de pesquisa) e ao meu acompanhante (quando necessário) o ressarcimento de despesas decorrentes da participação no estudo, tais como transporte, alimentação e hospedagem (quando necessário) nos dias em que for necessária minha presença para consultas ou exames. Foi expresso de modo claro e afirmativo o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/ indiretos e imediatos/ tardios pelo tempo que for necessário a mim (participante da pesquisa), garantido pelo(a) pesquisador(a) responsável (Itens II.3.1 e II.3.2, da Resolução CNS n. 466 de 2012). Estou ciente da garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa (Item IV.3.h, da Resolução CNS n. 466 de 2012). Os dados referentes a mim serão sigilosos e privados, preceitos estes assegurados pela Resolução n. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) podendo eu solicitar informações durante todas as fases da pesquisa, inclusive após a publicação dos dados obtidos a partir desta. Para tanto, fui esclarecido(a) também sobre os procedimentos, riscos e benefícios, a saber:

<b>DETALHES DOS PROCEDIMENTOS QUE SERÃO UTILIZADOS NA PESQUISA</b>
<p>A pesquisa se dará de forma eletrônica, inicialmente com a busca através de formulários enviados aos egressos bolsistas da Unesc, para fim de obter os contatos dos bolsistas. Após identificado e-mail ou contato de WhatsApp, serão encaminhados os links do meet para a pesquisa. A pesquisa será feita da ferramenta Google forms e Google meet, enviados via e-mail ou WhatsApp dos estudantes egressos contemplados pela bolsa FUMDES para a pós-graduação <i>lato sensu</i> do período de 2013 a 2019, nome previamente identificados nos questionários correspondentes. Para responder a entrevista o participante levará menos de 30 minutos. Após feitas as entrevistas, serão analisadas as respostas a fim de interpretar os fatores que o levaram a cursar uma pós-graduação <i>lato sensu</i>, bem como identificar o impacto social e econômico desta escolha. Além disso, outro recorte será para os participantes que cursaram uma especialização na área da educação, pois este é outro ponto a ser investigado na pesquisa, entender de que forma o FUMDES contribui para a formação continuada dos profissionais da educação.</p>
<b>RISCOS</b>
<p>Perda da confidencialidade dos dados, mas este risco será amenizado pela privacidade mantida, não sendo divulgado os dados pessoais dos entrevistados.</p>
<b>BENEFÍCIOS</b>
<p>Contribuir para a o destaque e relevância de uma política pública para a pós-graduação <i>lato sensu</i>. Entende-se que esta pesquisa tem relevância quanto ao benefício proporcionado pela bolsa concedida pelo estado de SC. Levantar estes dados pode ajudar na avaliação da política pública em questão, incentivando o estado em sua manutenção.</p>

Declaro ainda, que tive tempo adequado para poder refletir sobre minha participação na pesquisa, consultando, se necessário, meus familiares ou outras pessoas que possam me ajudar na tomada de decisão livre e esclarecida, conforme a resolução CNS 466/2012 item IV.1.C. Diante de tudo o que até agora fora demonstrado, declaro que todos os procedimentos metodológicos e os possíveis riscos, detalhados acima, bem como as minhas dúvidas, foram devidamente esclarecidos, sendo que, para tanto, firmo ao final a presente declaração, em duas vias de igual teor e forma, ficando na posse de uma e outra sido entregue ao(à) pesquisador(a) responsável (o presente documento será obrigatoriamente assinado na última página e rubricado em todas as páginas pelo(a) pesquisador(a) responsável/pessoa por ele(a) delegada e pelo(a) participante/responsável legal). Em caso de dúvidas, sugestões e/ou emergências relacionadas à pesquisa, favor entrar em contato com o(a) pesquisador(a) Aline Cardoso Mangili pelo telefone (48) 99944-4962 e/ou pelo e-mail: [aline.mangili@gmail.com](mailto:aline.mangili@gmail.com).

Em caso de denúncias, favor entrar em contato com o Comitê de Ética – CEP/UNESC (endereço no rodapé da página). O Comitê de Ética em Pesquisa em Humanos (CEP) da Unesc pronuncia-se, no aspecto ético, sobre todos os trabalhos de pesquisa realizados, envolvendo seres humanos. Para que a ética se faça presente, o CEP/UNESC revisa todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos. Cabe ao CEP/UNESC a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na Instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas. Tem também papel consultivo e educativo, de forma a fomentar a reflexão em torno da ética na ciência, bem como a atribuição de receber denúncias e requerer a sua apuração.

<b>ASSINATURAS</b>	
<b>Voluntário(a)/Participante</b>	<b>Pesquisador(a) Responsável</b>
<hr/>	<hr/>
<p style="text-align: center;">— <b>Assinatura</b></p>	<p style="text-align: center;">— <b>Assinatura</b></p>
<b>Nome:</b> <hr/>	<b>Nome:</b> <hr/>
<b>CPF:</b> _____._____._____ - ____	<b>CPF:</b> _____._____._____ - ____

Criciúma (SC), 11 de Maio de 2022.

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA**

**QUESTIONÁRIO DE PESQUISA ALUNOS EGRESSOS**

ESTUDANTES DE ESPECIALIZAÇÃO (PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*) BOLSISTAS

FUMDES DA UNESC

NOME DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*)

\_\_\_\_\_

INSTITUIÇÃO: \_\_\_\_\_ CIDADE: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_ E-MAIL: \_\_\_\_\_

COMO FOI SUA RELAÇÃO COM OS ESTUDOS DURANTE A VIDA?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

QUAL MOTIVO LEVOU VOCÊ A CURSAR UMA PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* (ESPECIALIZAÇÃO)?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

QUANTOS ANOS APÓS A CONCLUSÃO DA GRADUAÇÃO VOCÊ INICIOU A ESPECIALIZAÇÃO (PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*)?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

QUEM FOI SEU MAIOR INFLUENCIADOR NA TOMADA DE DECISÃO PARA CURSAR UMA PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

ANTES DE INICIAR A PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*, VOCÊ SABIA DA POSSIBILIDADE DE RECEBER UMA BOLSA?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

---

VOCÊ SABE DIFERENCIAR O É UMA BOLSA ORIUNDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE UM DESCONTO OFERTADO PELA UNIVERSIDADE?

---

---

---

COMO VOCÊ SOUBE DA POSSIBILIDADE DE CONCORRER A UMA BOLSA FUMDES/ UNIEDU PARA A PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*?

---

---

SE NÃO TIVESSE GANHO A BOLSA FUMDES, COMO TERIA SIDO PARA VOCÊ CONCLUIR A PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*?

---

---

ANTES DE CURSAR A ESPECIALIZAÇÃO (PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*) VOCÊ ESTAVA EMPREGADO? COMO ERA A SUA RELAÇÃO COM O MERCADO DE TRABALHO?

---

---

---

APÓS CURSAR A PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*, QUAIS REFLEXOS VOCÊ PERCEBEU EM SUA VIDA:

---

---

FALE COMO A PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* CONTRIBUIU PARA A SUA VIDA SOCIAL E ECONÔMICA, QUAIS FORAM AS MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS QUE VOCÊ PERCEBEU?

---

---

---

EM RELAÇÃO A QUALIDADE DE VIDA APÓS CURSAR A PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*, O QUE MUDOU? O QUE VOCÊ PASSOU A FAZER QUE NÃO FAZIA ANTES DE SER UM ESPECIALISTA?

---

---

---

**APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA (GOOGLE FORMS) ENVIADO AO SETOR DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNESC PARA SER ENCAMINHADO AOS EGRESSOS BOLSISTAS - COM FIM DE CONSEGUIR OS CONTATOS**



## EGRESSOS(A) DA ESPECIALIZAÇÃO (PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU) BOLSISTAS FUMDES

Este formulário de pesquisa visa identificar os(as) egressos(as) da pós-graduação Lato Sensu - bolsistas FUMDES - com o intuito de obter contato para uma pesquisa de campo para a dissertação da aluna Aline Cardoso Mangili do Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico da UNESC.

Os dados obtidos neste formulário serão mantidos em sigilo e serão utilizados apenas para o fim da pesquisa.

Nome Completo

Sua resposta

Nome do Curso de Especialização (Pós-Graduação Lato Sensu)

Sua resposta

Telefone

Sua resposta

Telefone 2

Sua resposta \_\_\_\_\_

E-mail

Sua resposta \_\_\_\_\_

Cidade em que morava quando cursava a Especialização

Sua resposta \_\_\_\_\_

Cidade onde mora atualmente

Sua resposta \_\_\_\_\_

Ano de Ingresso na Pós-Graduação Lato Sensu

- 2013
- 2014
- 2015
- 2016
- 2017
- Outro

Ano de Conclusão da Pós-Graduação Lato Sensu

- 2015
- 2016
- 2017
- 2018
- 2019
- Outro

Você recebeu bolsa FUMDES durante todo o curso de Especialização Lato Sensu?

- Sim
- Parcialmente

**Enviar**

[Limpar formulário](#)

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

**Google** Formulários

## APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Questões para Entrevista: **Ângela Piccinini** (Coordenadora do setor de Pós-Graduação *Lato Sensu* da Unesc 2020 a 2022)

- 1) Quando os alunos buscam por uma pós-graduação *lato sensu*, eles perguntam sobre bolsa de estudos? Se sim, você acredita que eles saibam distinguir o que seja uma bolsa oriunda de Políticas Públicas ou um desconto ofertado pela instituição?
- 2) Como chega hoje à informação para os alunos sobre a possibilidade de receber a bolsa UNIEDU para a especialização?
- 3) Em relação a procura por bolsas de estudo/ questionamentos sobre... há uma maior procura dos alunos de determina área? Tem alguma área específica que pergunte mais por bolsa de estudo como a do UNIEDU?
- 4) Há um vínculo entre a SED e a secretaria/ coordenação do setor de Pós-Graduação (*Lato Sensu*) da UNESC? A SED informa sobre os períodos de inscrição para a bolsa?
- 5) Qual o papel do setor de Pós-Graduação (*Lato Sensu*) da UNESC em relação a divulgação e inscrição dos candidatos às bolsas UNIEDU?
- 6) Como chega à informação dos alunos contemplados hoje? A SED informa a secretaria ou vocês que buscam as informações por meio dos editais e resultados publicados no site?
- 7) Há algum registro interno feitos aos alunos contemplados pela bolsa UNIEDU? Existe um controle? Por que e para que é feito?
- 8) Qual a média/ quantidade anual de alunos que recebem a bolsa UNIEDU na UNESC?
- 9) Há alguma área específica na distribuição das bolsas, ou algum curso em especial que seja contemplado mais do que outro? Se sim, há alguma razão para tal curso se destacar?
- 10) Em especial da área da educação... você percebe uma procura maior, ou específica para algum fim?

## APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Questões para Entrevista: **Elenice Padoin Juliani Engel** (Coordenadora do setor de Pós-Graduação nos anos de 2016 a 2019 da Unesc)

- 1) Elenice, qual foi o período que você coordenou a Pós-Graduação da UNESC?
- 2) Dentro do período que você coordenou, como chegava à informação para os alunos sobre a possibilidade de receber a bolsa UNIEDU para a especialização?
- 3) Quando os alunos buscavam pela pós-graduação *lato sensu*, eles perguntam sobre bolsa de estudos? Se sim, você acredita que eles saibam distinguir o que seja uma bolsa oriunda de Políticas Públicas ou um desconto ofertado pela instituição?
- 4) Em relação a procura por bolsas de estudo/ questionamentos sobre... havia uma maior procura dos alunos de determina área? Tem alguma área específica que perguntava mais por bolsa de estudo como a do UNIEDU?
- 5) Havia um vínculo entre a SED e a secretaria/ coordenação do setor de Pós-Graduação (*Lato Sensu*) da UNESC? A SED informava sobre os períodos de inscrição para a bolsa?
- 6) Qual era o papel do setor de Pós-Graduação (*Lato Sensu*) da UNESC em relação a divulgação e inscrição dos candidatos às bolsas UNIEDU?
- 7) Como chegava à informação dos alunos contemplados? A SED informava a secretaria ou vocês que buscavam as informações por meio dos editais e resultados publicados no site?
- 8) Há algum registro interno feitos aos alunos contemplados pela bolsa UNIEDU? Existe um controle? Por que e para que é feito?
- 9) Você saberia dizer qual era a média/ quantidade anual de alunos que recebem a bolsa UNIEDU na UNESC?
- 10) Havia alguma área específica na distribuição das bolsas, ou algum curso em especial que era contemplado mais do que outro? Se sim, há alguma razão para tal curso se destacar?
- 11) Em especial da área da educação... você percebe uma procura maior, ou específica para algum fim?

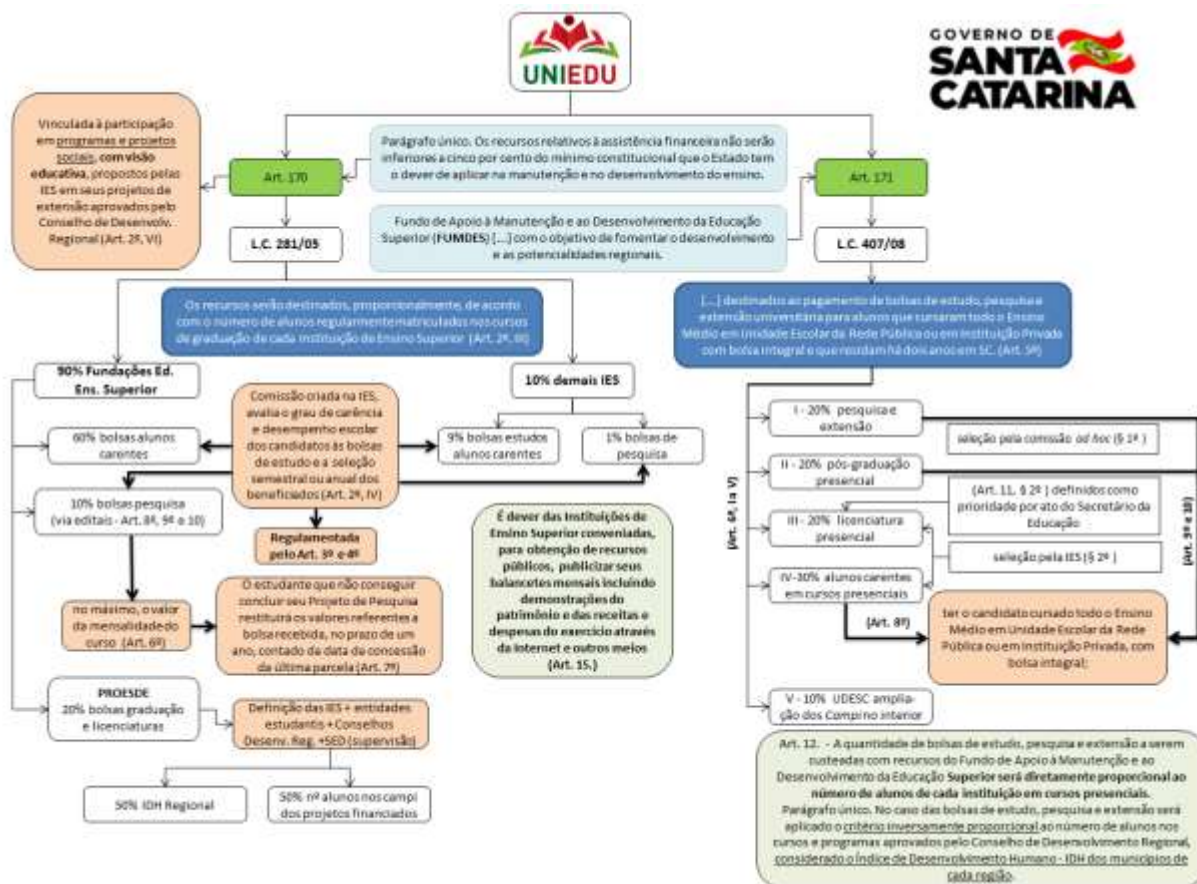
## APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Questões para Entrevista: **Pedro Uczai (Deputado Federal)** Articulou e liderou uma grande mobilização da comunidade acadêmica nas Universidades Comunitárias de Santa Catarina para regulamentar o ARTIGO 170 da Constituição Estadual.

- 1) Pedro, de onde surgiu a demanda para a criação/ regulamentação do art. 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina? Quais pressões e justificativas que houveram?
- 2) Quem esteve à frente desta demanda para o debate da regulamentação do art. 171? Por estarmos falando de bolsas para Pós-Graduação, de onde vem o protagonismo que justificaram esta destinação de recursos?
- 3) Quais os critérios utilizados para destinar os 20% da arrecadação do FUMDES para a Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*?
- 4) Há um direcionamento por região? Se sim, qual a relação entre o valor destinado e o desenvolvimento econômico, social e das potencialidades regionais?
- 5) Há alguma área específica na distribuição das bolsas, ou algum curso em especial que era destinado intencionalmente pelo estado de SC? Se sim, qual a razão para tal curso se destacar?
- 6) Você tem algum registro/ material das demandas que levaram a criação/ regulamentação do art. 171?

**ANEXO(S)**

## ANEXO A – MAPA ARTIGO 170 E 171 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA



## ANEXO B – E-MAIL ENVIADO À SED SOBRE O FORNECIMENTO DOS E-MAILS DOS ESTUDANTES CONTEMPLADOS PARA A PESQUISA

03/05/2021

Gmail - Entrevista para Mestrado UNESC (FUMDES)



Aline Cardoso Mangili &lt;aline.mangili@gmail.com&gt;

---

### Entrevista para Mestrado UNESC (FUMDES)

3 mensagens

---

**Aline Cardoso Mangili** <aline.mangili@gmail.com>

19 de abril de 2021 17:05

Para: uniedu@sed.sc.gov.br

Boa Tarde!

Sou aluna do Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico da Unesc. Meu estudo é sobre a bolsa FUMDES para a Pós-Graduação Lato Sensu, seus impactos no desenvolvimento socioeconômico e na vida dos estudantes.

Farei um recorte do período de concessão de bolsa dos anos de 2013 a 2019.

Gostaria de saber se será possível eu ter acesso aos e-mails dos estudantes que foram contemplados neste período, para envio de formulário de pesquisa. (Posteriormente enviarei carta para formalizar o pedido da Universidade para a pesquisa), só antecipo o e-mail para saber das possibilidades e organizar meu cronograma de pesquisa.

Desde já, Obrigada!

Atenciosamente,

Aline Mangili  
(48) 99944-4962

## ANEXO C – RESPOSTA DA SED QUANTO AO FORNECIMENTO DOS E-MAILS

**Gerencia de Políticas e Programas de Educacao Superior - GEPRE**

<gepre@sed.sc.gov.br>

Para: aline.mangili@gmail.com

29 de abril de 2021 14:28

Boa tarde,

informamos que a SED não disponibiliza dados de seus bolsistas/UNIEDU, principalmente tendo em vista a Lei 13709/2018 (LGPD).

Atenciosamente,

Karina

Gerência de Planejamento e Gestão - GEPGE

Diretoria de Planejamento e Políticas Educacionais - DIPE

Secretaria de Estado da Educação - SED

Estado de Santa Catarina

(48) 3664-0247 - Marcos Roberto Rosa/Gerente

(48) 3664-0322 - Karina/Equipe técnica - Assessoria

Em seg., 26 de abr. de 2021 às 17:18, COORDENACAO FUMDES <fumdes@sed.sc.gov.br> escreveu:

Para resposta.

**Att,**

**Coordenação do Programa de Bolsas UNIEDU/FUMDES**

Gerência de Planejamento e Gestão/GEPGE



----- Forwarded message -----

De: **UNIEDU** - <uniedu@sed.sc.gov.br>

Date: seg., 19 de abr. de 2021 às 17:26

Subject: Fwd: Entrevista para Mestrado UNESC (FUMDES)

To: COORDENACAO FUMDES <fumdes@sed.sc.gov.br>

<https://mail.google.com/mail/u/0?ik=ddf5e1973a&view=pt&search=all&permthid=thread-a%3Ar-7064480748618204560&simpl=msg-a%3Ar-6782...> 1/2

## ANEXO D – E-MAIL PARA A SED SOBRE DÚVIDAS NAS INTERPRETAÇÕES

Pesquisa sobre FUMDES para Lato Sensu 



**Aline Cardoso Mangili** <aline.mangili@gmail.com>  
para dipe, bolsafumdes ▾

sex., 24 de jun. 16:23 (há 9 dias)



Boa Tarde!

Sou Aline Mangili, aluna do Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico da Unesc. Estou pesquisando a bolsa FUMDES para a Pós-graduação Lato Sensu e gostaria de tirar algumas dúvidas a respeito do funcionamento dos editais, direcionamento de cursos e concessão de bolsas. Se puderem responder às questões abaixo, agradeço.

- 1) As verbas destinadas ao FUMDES, são direcionadas às Universidades que devem apresentar projetos para receberem o valor das mensalidades?
- 2) Além do direcionamento às Universidades, também têm abertura de Edital para livre demanda, como por exemplo, aqueles que já estão cursando receberem o fomento do FUMDES?

Aguardo,

Essas respostas me ajudariam nas interpretações da pesquisa que estou terminando.

Obrigada!

Aline Mangili  
(48) 99944-4962

## ANEXO E – RESPOSTA DA SED SOBRE AS DÚVIDAS

Programa de Bolsa do Artigo 171 - FUMDES

24 de jun. de 2022 17:37 (há 9 dias)



para mim +

Boa tarde,

A bolsa UNIEDU/FUMDES/Pós-graduação, em termos de cursos lato sensu, se divide em 02 frentes: Curso Direcionado de Especialização (CEDIR) e Especialização.

Assim:

- os valores do UNIEDU/FUMDES/Pós-graduação não são destinados às Instituições de Ensino Superior (IES), mas sim aos bolsistas. O pagamento de mensalidade, quando é o caso, é responsabilidade do bolsista.

Desta forma:

a - No caso do CEDIR, há o credenciamento de IESs por meio Edital da SED, o qual estabelece os cursos e regiões de oferta, assim como determina as regras para credenciamento de IES candidatas à oferta dos cursos, as quais devem apresentar projeto de curso. O valor da mensalidade é parte das informações que a IES candidata deve apresentar no projeto. Após o credenciamento das IES ofertantes, cada IES credenciada divulga edital próprio para seleção de bolsistas entre candidatos que se cadastram para frequentar o curso da IES/Região, sempre sob orientação da SED e de acordo com a legislação da bolsa UNIEDU/FUMDES/Pós-graduação.

b - Na Especialização, não há credenciamento de IES, sendo o bolsista selecionado por meio de chamada pública da SED. Aqui, candidatos que estejam cursando diferentes cursos de especialização podem se cadastrar e poderão tornar-se bolsista.

Att,

Coordenação UNIEDU/FUMDES

Genêcia de Planejamento e Gestão - GEPGE

Diretora de Planejamento e Políticas Educacionais - DIPE

Secretaria de Estado da Educação - SED

Estado de Santa Catarina

(48) 3664-0322